



PREFEITURA DE BETIM
ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019
NÍVEL SUPERIOR

AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

NOME DO CANDIDATO _____

INSCRIÇÃO _____

Composição do Caderno

Dissertativa	01
Língua Portuguesa	01 a 10
Legislações Municipais	11 a 20
Conhecimentos Específicos	21 a 50

MANHÃ

PROVA

01

LEMBRE-SE DE MARCAR O NÚMERO
CORRESPONDENTE À SUA PROVA NA
FOLHA DE RESPOSTAS!



Fraudar ou tentar fraudar Concursos Públicos é Crime!

Previsto no art. 311 - A do Código Penal

Instruções

1. Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas e na Versão Definitiva da Prova Dissertativa. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
2. Os únicos documentos válidos para avaliação são a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Prova Dissertativa. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para a transcrição da Versão Definitiva da Prova Dissertativa e para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: •
3. O prazo de realização da prova é de 4 (quatro) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas e a transcrição da Versão Definitiva da Prova Dissertativa. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o Caderno de Questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Prova Dissertativa devidamente preenchidas e assinadas. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
5. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.
6. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCP - www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.
7. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

INSTRUÇÕES PARA PROVA DISSERTATIVA

A Prova Dissertativa será avaliada considerando-se os seguintes aspectos:

1. Atendimento e desenvolvimento do tema;
2. Coesão referencial e sequencial (intra e entre parágrafos) / Coerência (progressão, articulação, não contradição);
3. Atendimento à estrutura textual proposta;
4. Informatividade e argumentação.
5. Modalidade gramatical: pontuação, grafia, concordância e regência.

O candidato terá sua Prova Dissertativa avaliada com nota 0 (zero) em caso de:

- a) não desenvolver o tema proposto, ou seja, fugir ao tema proposto;
- b) não desenvolver o tema na tipologia textual exigida;
- c) apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
- d) redigir seu texto a lápis, ou a tinta em cor diferente de azul ou preta;
- e) não apresentar sua Redação na Folha da Versão Definitiva ou entregá-la em branco, ou desenvolvê-la com letra ilegível, com espaçamento excessivo entre letras, palavras, parágrafos e margens;
- f) apresentar identificação de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).

O candidato disporá de 15 (quinze) linhas no mínimo, e 30 (trinta) linhas no máximo para elaborar a versão definitiva da Prova Dissertativa, sendo desconsiderado para efeito de avaliação qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima de 30 (trinta) linhas permitida para a elaboração de seu texto.

A Prova Dissertativa deverá ser feita à mão pelo próprio candidato, em letra legível, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.

COLETÂNEA DE TEXTOS DE APOIO

TEXTO I

Conforme Carmo (2001, p.15), o trabalho pode ser definido como “toda atividade realizada pelo homem civilizado que transforma a natureza pela inteligência. E realizando essa atividade, o homem se transforma, se autoproduz e, ao se relacionar com outros homens, estabelece a base para as relações sociais”.

Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/2science/article/pii/S0080210716302473>>. Acesso em 28 jan. 2020.

TEXTO II

[...] o fato de não trabalhar pode ter consequências negativas, que afetam diretamente a personalidade. “Em razão da centralidade que o trabalho ocupa em nossas vidas, é que podemos compreender as consequências negativas do não-trabalho, da inatividade. Um sujeito sem trabalho é impedido de se realizar como homem e cidadão, o que afeta diretamente sua dignidade”, salienta Vanessa, que é mestre em Saúde Coletiva/Saúde do Trabalhador, especialista em Gestão de Recursos Humanos e professora da Imed.

Disponível em: <<http://www.onacional.com.br/geral/cidade/37224/0+trabalho+dignifica+o+homem>>. Acesso em 28 jan. 2020.

TEXTO III

OS SENTIDOS DO TRABALHO

O trabalho conserva um lugar importante na sociedade. Para a pergunta: “se você tivesse bastante dinheiro para viver o resto da sua vida confortavelmente sem trabalhar, o que você faria com relação ao seu trabalho?”, mais de 80% das pessoas pesquisadas respondem que trabalhariam mesmo assim [...]. As principais razões são as seguintes: para se relacionar com outras pessoas, para ter o sentimento de vinculação, para ter algo que fazer, para evitar o tédio e para se ter um objetivo na vida.

O trabalho representa um valor importante, exerce uma influência considerável sobre a motivação dos trabalhadores e também sobre sua satisfação e sua produtividade [...]. Vale a pena, então, tentar compreender o sentido do trabalho hoje [...].

Segundo o modelo de Hackman e Oldham, três características contribuem para dar sentido ao trabalho:

1. A variedade das tarefas: a capacidade de um trabalho requerer uma variedade de tarefas que exijam uma variedade de competências.

2. A identidade do trabalho: a capacidade de um trabalho permitir a realização de algo do começo ao fim, com um resultado tangível, identificável.

3. O significado do trabalho: a capacidade de um trabalho ter um impacto significativo sobre o bem-estar ou sobre o trabalho de outras pessoas, seja na sua organização, seja no ambiente social.

Disponível em: <<http://w.scielo.br/pdf/rae/v41n3/v41n3a02.pdf>>. Acesso em 28 jan. 2020.

PROPOSTA DE REDAÇÃO – RASCUNHO PARA DISSERTATIVA

Os excertos de textos oferecidos como motivadores temáticos promovem, conjuntamente, uma reflexão sobre a importância do trabalho.

Nesse sentido, a partir da leitura dos textos de apoio e do seu conhecimento de mundo, elabore um texto dissertativo, entre 20 e 30 linhas, em que você discorra sobre **a importância do trabalho na vida das pessoas e de que forma a função exercida pelo cargo que você concorre impacta a sociedade**.

Selecione fatos e argumentos próprios e do texto de apoio, relacionando-os, de modo coeso e coerente, para construir seu ponto de vista. Para tanto, NÃO copie trechos da coletânea de textos.

-
1. _____
 2. _____
 3. _____
 4. _____
 5. _____
 6. _____
 7. _____
 8. _____
 9. _____
 10. _____
 11. _____
 12. _____
 13. _____
 14. _____

15. _____
16. _____
17. _____
18. _____
19. _____
20. _____
21. _____
22. _____
23. _____
24. _____
25. _____
26. _____
27. _____
28. _____
29. _____
30. _____

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

Língua Portuguesa

TEXTO 1

O que galáxias distantes dizem sobre a evolução do Universo

Observar galáxias distantes nos ajuda a montar o quebra-cabeça do Universo: quanto mais longe enxergamos, mais ao passado voltamos

Seria legal se pudéssemos passar um filminho revelando a história das galáxias e ver também como era a Via Láctea no passado. Mas, como não podemos, temos que observar as galáxias distantes e tentar montar o quebra-cabeça de como esses astros fantásticos evoluem.

O telescópio espacial Hubble é peça-chave para desvendar essa história. Com ele, conseguimos captar a luz com mais nitidez, já que ela não sofre interferência da atmosfera, mas mesmo assim temos que deixá-lo aberto por muito tempo para obter a luz fraquinha das galáxias distantes.

Em 1995, o ex-diretor do Hubble, Bob Williams, fez a primeira imagem das profundezas do Universo exatamente assim. A equipe do Hubble escolheu uma região do céu sem nenhuma estrela brilhante por perto para garantir que não interferisse na imagem das galáxias de fundo. E deixou o Hubble aberto durante dez dias captando a luz da mesma região. Uma região do céu que parecia totalmente vazia mostrou uma imagem incrível cravejada de galáxias.

O Universo é como se fosse uma “máquina do tempo”: quanto mais longe enxergamos, mais ao passado voltamos. Se vemos uma galáxia a 1 bilhão de anos-luz de nós, significa que a sua luz levou 1 bilhão de anos atravessando o espaço para chegar até aqui. Ou seja, estamos vendo a galáxia como ela era há 1 bilhão de anos, no passado, e não como ela é agora.

Desde a imagem histórica feita pelo Hubble, já tivemos muitas outras das profundezas do Universo. E elas revelam que as galáxias mais longínquas parecem bem pequenas por causa da distância, como era de se esperar, mas descobrimos também que elas são realmente menores e não possuem formatos bem definidos. Isso significa que elas crescem e se transformam com o tempo.

A galáxia mais distante já observada é a GN-z11, que está a 13,4 bilhões de anos-luz de nós! Ou seja, estamos vendo como ela era quando o

Universo tinha apenas 400 milhões de anos. Ela fica na constelação de Ursa Maior e parece um pontinho vermelho na imagem do Hubble.

Essas galáxias muito distantes estão se afastando aceleradamente de nós, por isso vemos sua luz sempre mais avermelhada do que deveria ser. Porém, nem os olhos humanos nem o Hubble conseguem captar o extremo da luz vermelha que precisamos obter para ver mais além.

Por isso, necessitamos de instrumentos como o telescópio James Webb. Ele captará luz infravermelha e enxergará ainda mais longe que o Hubble. Seu lançamento está previsto para 2021, segundo a Nasa, e estamos muito empolgadas com a enxurrada de novas peças para ajudar a solucionar nosso quebra-cabeça galáctico.

Fonte: Adaptado de:

<https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Espaco/noticia/2020/01/o-que-galaxias-distantes-dizem-sobre-evolucao-do-universo.html>.

Acesso em: 19 jan. 2020.

1. No trecho "Uma região do céu que parecia totalmente vazia mostrou uma imagem incrível cravejada de galáxias", do Texto 1, utiliza-se a figura de linguagem

- (A) comparação.
- (B) metonímia.
- (C) metáfora.
- (D) sinestesia.
- (E) sinédoque.

2. A reescrita do trecho "Essas galáxias muito distantes estão se afastando aceleradamente de nós, por isso vemos sua luz sempre mais avermelhada do que deveria ser.", do Texto 1, mantém o sentido original quando se substitui a expressão em destaque por

- (A) porque.
- (B) assim.
- (C) todavia.
- (D) consoante.
- (E) não obstante.

3. **Assinale a alternativa que apresenta corretamente a regra de formação de plural para o substantivo composto “quebra-cabeça”.**
- (A) Quando os termos componentes não se ligam por preposição, só o primeiro toma a forma plural.
 (B) Quando o segundo termo da composição é um substantivo que funciona como determinante específico, só o primeiro toma a forma plural.
 (C) Quando o primeiro termo da composição é um substantivo que funciona como determinante específico, só o segundo toma a forma plural.
 (D) Quando a palavra composta é constituída de dois substantivos, ou de um substantivo e um adjetivo, ambos vão para o plural.
 (E) Quando o primeiro termo do composto é verbo ou palavra invariável e o segundo substantivo ou adjetivo, só o segundo vai para o plural.
4. **Assinale a alternativa que classifica corretamente a oração subordinada do trecho “[...] quanto mais longe enxergamos, mais ao passado voltamos”, subtítulo do Texto 1.**
- (A) Oração subordinada adverbial proporcional.
 (B) Oração subordinada adverbial consecutiva.
 (C) Oração subordinada substantiva objetiva direta.
 (D) Oração subordinada substantiva completiva nominal.
 (E) Oração subordinada adjetiva restritiva.
5. **No trecho “E elas revelam que as galáxias mais longínquas parecem bem pequenas por causa da distância [...]”, do Texto 1, a palavra “longínquas” pode ser substituída, sem prejuízo para o sentido, por**
- (A) alhures.
 (B) ábditas.
 (C) algures.
 (D) propínquas.
 (E) contíguas.

TEXTO 2



Fonte: Adaptado de: http://1.bp.blogspot.com/-oSNjvAa_uZE/TgluBsliMXI/AAAAAAAAAN0/R208RGfxPoQ/s1600/as%2Bcobras%2B11.jpg. Acesso em: 19 jan. 2020.

6. **Assinale a alternativa correta.**
- (A) A ideia central do Texto 1 é a de que não sabemos exatamente como o universo é formado.
 (B) O Texto 2 apresenta uma reflexão sobre a pequenez dos personagens diante do universo.
 (C) Os Textos 1 e 2 são isentos de posicionamento em relação às suas respectivas temáticas.
 (D) Os Textos 1 e 2 apresentam pontos de vista destoantes sobre a compreensão do universo.
 (E) O Texto 1 e o Texto 2 congregam o mesmo entendimento sobre a origem dos planetas no universo.

7. Em relação ao emprego do acento agudo, assinale a alternativa correta.

- (A) “Fora” não recebe acento agudo, pois é uma palavra paroxítona terminada em “a”.
- (B) “Bola” não recebe acento agudo, pois é uma palavra oxítona terminada em “a”.
- (C) “Universo” não recebe acento agudo, pois é uma palavra proparoxítona terminada em “o”.
- (D) “Espaço” deveria receber acento agudo, porque é uma palavra paroxítona terminada em “o”.
- (E) “Fim” não recebe acento agudo, porque é uma palavra paroxítona terminada em “m”.

8. Informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () O “que” empregado no trecho “Atravessamos o espaço numa bola que não controlamos [...]”, do Texto 2, é um pronome relativo.
 - () O “que” empregado no trecho “Atravessamos o espaço numa bola que não controlamos [...]”, do Texto 2, é uma conjunção integrante.
 - () Quando exerce a função de demonstrativo, o “que” pode ser precedido por pronomes demonstrativos.
 - () Quando funciona como conjunção, o “que” pode exercer diferentes funções sintáticas.
- (A) V – V – F – V.
 - (B) V – F – V – F.
 - (C) F – V – F – V.
 - (D) V – V – F – F.
 - (E) F – F – V – V.

9. A partir da análise do trecho “Nossa condição não é tão angustiante assim...”, do Texto 2, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Emprega-se um verbo de ligação.
 - II. O verbo empregado é irregular.
 - III. O verbo está conjugado na terceira pessoa do singular e o tempo é o presente do indicativo.
- (A) Apenas I.
 - (B) Apenas II.
 - (C) Apenas II e III.
 - (D) Apenas I e III.
 - (E) I, II e III.

10. O termo “num”, empregado algumas vezes no diálogo do Texto 2, é exemplo de qual tipo de variação linguística?

- (A) Diastrática, relacionada à faixa etária.
- (B) Diastrática, relacionada ao sexo masculino.
- (C) Diafásica, relacionada às circunstâncias das interações verbais.
- (D) Diatópica, relacionada às diferenças linguísticas distribuídas no espaço físico.
- (E) Deôntica, relacionada às transformações fonológicas por que passou a língua.

Legislações Municipais

11. Referente à Lei Orgânica do Município de Betim (MG), assinale a alternativa correta.

- (A) Todos têm o direito de requerer e obter informação sobre projetos do Poder Público, a qual será prestada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, ressalvada aquela cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Município, nos termos da lei.
- (B) São a todos assegurados, desde que pagas as devidas taxas, o direito de petição ou representação aos poderes públicos do Município, a obtenção de certidão para a defesa de direito e o esclarecimento de situação de interesse social.
- (C) São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- (D) Incide na penalidade de destituição de mandato administrativo ou de cargo ou função de direção, em órgão ou entidade da administração pública, o agente público que deixar injustificadamente de sanar, dentro de 90 (noventa) dias do requerimento do interessado, omissão que inviabilize o exercício de direito constitucional.
- (E) Ao Município compete manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação de ensino fundamental ao ensino superior.

12. Assinale a alternativa correta considerando as disposições da Lei Orgânica do Município de Betim (MG).

- (A) No tocante aos bens públicos municipais, o cadastramento e a identificação técnica dos imóveis serão semestralmente atualizados, garantindo o acesso às informações neles contidas.
- (B) A venda ao proprietário de imóvel lindeiro de área urbana remanescente e inaproveitável para edificação ou outra destinação de interesse coletivo, resultante de obra pública, depende exclusivamente de prévia avaliação.
- (C) A doação de bem imóvel do Município é permitida para a instalação e funcionamento de órgão ou serviço público e para fins exclusivamente de interesse social.
- (D) Quanto ao uso especial, por terceiro, de bens imóveis municipais, a permissão se caracteriza por ser de tempo determinado e depender de prévia autorização legislativa e licitação, podendo esta ser dispensada quando ocorrer relevante interesse público ou interesse social, expressamente justificado.
- (E) O Município, obrigatoriamente para a venda ou doação de seu bem imóvel, outorgará concessão de direito real de uso.

13. No que concerne à Lei Orgânica do Município de Betim (MG), assinale a alternativa correta.

- (A) O Secretário Municipal será escolhido dentre brasileiros maiores de 21 (vinte e um) anos de idade e no exercício dos direitos políticos.
- (B) A Câmara Municipal, a requerimento da maioria de seus membros, pode convocar, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, Secretário Municipal, para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado e constante da convocação, sob pena de responsabilidade no caso de ausência injustificada.
- (C) Anualmente, dentro de 90 (noventa) dias do início da sessão legislativa, o Prefeito encaminhará à Câmara relatório do estado em que se encontram os assuntos e as atividades municipais.
- (D) O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, acerca das contas municipais, só deixará de prevalecer por decisão de maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

- (E) O Poder Executivo publicará, até 60 (sessenta) dias após encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

14. Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas tendo em vista a Lei Orgânica do Município de Betim (MG).

- I. O Município incentivará, na forma da lei, o setor empresarial, na criação e manutenção de escolas para os filhos de seus funcionários, desde o nascimento até os 08 (oito) anos de idade.
- II. Em entidade da administração indireta, pelo menos um cargo ou função de direção superior será provido por servidor ou empregado de carreira da respectiva instituição.
- III. Cada período de 10 (dez) anos de efetivo exercício dá ao servidor o direito ao adicional de 05 (cinco) por cento sobre seu vencimento, o qual a este se incorpora para efeito de aposentadoria.
- IV. Cada legislatura tem a duração de 04 (quatro) anos, compreendendo cada ano uma sessão legislativa.

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas II e IV.
- (C) Apenas III e IV.
- (D) Apenas I, II e III.
- (E) Apenas I, III e IV.

15. Conforme a Lei Orgânica do Município de Betim (MG), assinale a alternativa correta.

- (A) O controle externo, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Justiça do Estado.
- (B) O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito Municipal, auxiliado pelos Vereadores.
- (C) O Município, as entidades de sua administração indireta e as de direito privado prestadoras de serviço público respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável, somente nos casos de dolo.
- (D) É permitido ao servidor desempenhar atividades que não sejam próprias do cargo de que for titular, desde que com a devida autorização do respectivo superior hierárquico.
- (E) O prazo de validade de concurso público é de até 2 (dois) anos, prorrogável uma vez, por igual período.

16. Em relação à Lei Municipal nº 884/1969, que dispõe acerca do Estatuto dos Funcionários da Prefeitura Municipal de Betim (MG), assinale a alternativa correta.

- (A) É vedado o exercício gratuito de cargos públicos, salvo mediante prévia autorização do Poder Judiciário.
- (B) Dentre outras hipóteses, os cargos públicos são providos por nomeação, promoção e aposentadoria.
- (C) Compete ao Prefeito prover, por lei complementar, os cargos públicos.
- (D) Reversão é o reingresso no serviço público da Prefeitura Municipal de Betim de funcionário em disponibilidade.
- (E) Somente depois de 12 (doze) meses de exercício o funcionário adquirirá direito a férias.

17. Segundo o Estatuto dos Funcionários da Prefeitura Municipal de Betim (MG), Lei Municipal nº 884/1969, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) No ato da posse, o candidato deverá declarar, por escrito, se é titular de outro cargo ou função pública.
- (B) O funcionário que não entrar em exercício dentro do prazo será demitido do cargo.
- (C) Ninguém pode ser efetivado ou adquirir estabilidade, como funcionário, se não for aprovado e classificado em concurso.
- (D) As férias serão reduzidas a 20 (vinte) dias quando o funcionário contar, no período aquisitivo anterior, mais de 09 (nove) faltas não justificadas ao trabalho.
- (E) É proibida a acumulação de férias, salvo por imperiosa necessidade do serviço e pelo máximo de dois períodos, atestada a necessidade de ofício pelo chefe do órgão em que servir o funcionário.

18. Assinale a alternativa correta no que diz respeito à Lei Municipal nº 884/1969 – Estatuto dos Funcionários da Prefeitura Municipal de Betim (MG).

- (A) Salvo nos casos de reintegração e designação para função gratificada, o exercício do cargo terá início dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados da data da posse.
- (B) Será considerado de efetivo exercício, para todos efeitos, o afastamento em virtude de casamento, até 10 (dez) dias, contados da realização do ato civil.
- (C) Não se concederão férias-prêmio, se houver o beneficiário, no período aquisitivo de 05 (cinco) anos, faltado ao serviço,

injustificavelmente, por mais de 05 (cinco) dias consecutivos ou não.

- (D) O pedido de férias-prêmio deverá ser protocolado com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência da data de gozo, com a autorização da chefia imediata, sendo que o gozo deverá ser dividido em 02 (dois) períodos distintos e em anos subsequentes. Cada período de férias-prêmio será de 30 (trinta) ou 60 (sessenta) dias.
- (E) O direito a férias-prêmio deve ser exercitado dentro dos 10 (dez) anos subsequentes à data em que foi completado o respectivo período aquisitivo, sob pena de decadência.

19. De acordo com o Estatuto dos Funcionários da Prefeitura Municipal de Betim (MG), assinale a alternativa correta.

- (A) A licença concedida dentro de 60 (sessenta) dias contados do término da anterior será considerada prorrogação desta.
- (B) Quanto à licença para tratamento de saúde, é indispensável a inspeção médica, que deverá realizar-se, em todos os casos, no órgão municipal de saúde.
- (C) No curso da licença para tratamento de saúde, o funcionário abster-se-á de qualquer atividade remunerada, ou mesmo gratuita, sob pena de cassação imediata da licença, com perda total dos vencimentos correspondentes ao período já gozado e suspensão por abandono do cargo.
- (D) Será concedida licença paternidade ao servidor pai biológico ou pai adotante por um período de 15 (quinze) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.
- (E) Será concedido ao pai, servidor público municipal, o direito de licença paternidade, nos moldes da licença maternidade, somente nos casos de falecimento da genitora ou da adotante durante o período de licença maternidade.

20. Consoante à Lei Municipal nº 884/1969, o pedido de reconsideração deverá ser decidido dentro do prazo de

- (A) 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período, desde que devidamente fundamentado.
- (B) 15 (quinze) dias, prorrogáveis por igual período, desde que devidamente fundamentado.
- (C) 20 (vinte) dias improrrogáveis.
- (D) 30 (trinta) dias improrrogáveis.
- (E) 45 (quarenta e cinco) dias improrrogáveis.

Conhecimentos Específicos

21. Acerca do princípio administrativo da autotutela, assinale a alternativa correta.

- (A) Esse princípio permite à Administração Pública a revisão de seus atos, seja por vícios de ilegalidade (invalidação), seja por motivos de conveniência e oportunidade (revogação).
- (B) A autotutela repele e abomina favoritismos e restrições indevidas, exigindo tratamento equânime e marcado pela neutralidade, proibindo que o agente público utilize seu cargo para a satisfação de interesses pessoais.
- (C) Esse princípio exige que a ação da administração seja ética e respeite os valores jurídicos e morais.
- (D) A autotutela exige que a atuação do Poder Público seja transparente, com informações acessíveis à sociedade.
- (E) Segundo tal princípio, os atos administrativos se revestem de uma presunção relativa de que são praticados legitimamente, de acordo com as normas jurídicas.

22. São atributos do ato administrativo:

- (A) objeto e tipicidade.
- (B) competência e tipicidade.
- (C) competência e imperatividade.
- (D) forma e presunção de legitimidade.
- (E) presunção de legitimidade e autoexecutoriedade.

23. Um dos poderes administrativos é aquele instrumento disponibilizado à Administração Pública para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa. Tal poder denomina-se

- (A) poder militar.
- (B) poder regulamentar.
- (C) poder hierárquico.
- (D) poder disciplinar.
- (E) poder de polícia.

24. O retorno à atividade do servidor aposentado, no interesse da Administração ou quando cessar a invalidez temporária, é uma forma de provimento do cargo denominada

- (A) nomeação.
- (B) promoção vertical.
- (C) recondução.

- (D) reversão.
- (E) readaptação.

25. Assinale a alternativa que apresenta o conceito correto de "adjudicação" nas licitações públicas.

- (A) É o ato administrativo pelo qual a autoridade superior manifesta sua concordância com a legalidade e a conveniência do procedimento licitatório.
- (B) É a necessidade de verificação da capacidade do licitante no exercício de direitos e deveres, para caso de eventual responsabilização pelas obrigações pactuadas.
- (C) É o ato administrativo pelo qual se declara como satisfatória a proposta vencedora do procedimento e se afirma a intenção de celebrar o contrato com o seu ofertante.
- (D) É o ato que tem o condão de demonstrar que o interessado está devidamente inscrito nos cadastros públicos pertinentes e regular com suas obrigações fiscais e trabalhistas.
- (E) É sinônimo da comercialização, prestação ou execução, de forma direta, de produtos, serviços ou obras especificamente relacionadas com seus respectivos objetos sociais.

26. Uma das características do tributo quanto à sua finalidade é aquela em que o sujeito competente para instituir o tributo delega a outra pessoa jurídica de direito público a sujeição ativa do tributo (capacidade tributária), atribuindo-lhe, também, o produto da arrecadação. Essa finalidade denomina-se

- (A) extrafiscalidade.
- (B) parafiscalidade.
- (C) compulsoriedade.
- (D) fiscalidade.
- (E) juridicidade.

27. Compete ao Município de Betim a instituição dos seguintes impostos:

- (A) Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) e contribuição de melhoria.
- (B) Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) e imposto sobre a transmissão *inter vivos* de bens imóveis (ITBI).
- (C) Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) e imposto sobre produto industrializado (IPI).

- (D) Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) e contribuição para custeio da iluminação pública (COSIP).
- (E) Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) e imposto territorial rural (ITR).

28. Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. São modalidades legais de lançamento tributário:

- I. Lançamento de ofício.**
II. Lançamento por declaração.
III. Lançamento por homologação.
IV. Lançamento por sentença.

- (A) Apenas I, II e III.
(B) Apenas I e II.
(C) Apenas I, II e IV.
(D) Apenas II e III.
(E) Apenas I, III e IV.

29. Sobre vigência e aplicação da lei tributária, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Entram em vigor no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação os dispositivos de lei, referentes a impostos sobre o patrimônio ou a renda que instituem ou majoram tais impostos.
- (B) A legislação tributária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios vigora, no País, fora dos respectivos territórios, nos limites em que lhe reconheçam extraterritorialidade os convênios de que participem, ou do que disponham esta ou outras leis de normas gerais expedidas pela União.
- (C) A lei aplica-se a ato ou fato pretérito em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.
- (D) Entram em vigor no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação os dispositivos de lei, referentes a impostos sobre o patrimônio ou a renda que definem novas hipóteses de incidência.
- (E) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros, excetuados os pendentes, assim entendidos como aqueles cuja ocorrência tenha tido início, mas não esteja completa.

30. Segundo o Código Tributário, as taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição. Nesse sentido, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A taxa não pode ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto nem ser calculada em função do capital das empresas.
- (B) Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.
- (C) Os serviços públicos consideram-se divisíveis, quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.
- (D) A taxa é uma remuneração devida por um serviço público, de sujeição alternativa, que se estabelece em virtude de uma relação contratual entre o cidadão e o Poder Público, quase sempre representado por uma concessionária ou permissionária.
- (E) Os serviços públicos consideram-se específicos, quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade, ou de necessidades públicas.

31. Acerca da Lei de Licitações (Lei Federal nº 8.666/1993), assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.
- (B) As licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, salvo por motivo de interesse público, devidamente justificado.
- (C) É indispensável a licitação quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- (D) Nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.
- (E) É dispensável a licitação na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.

32. Em relação à Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.
- II. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- III. O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilícitamente não está sujeito às cominações da Lei de Improbidade.
- IV. A aplicação das sanções previstas nessa lei independe da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, salvo quanto à pena de ressarcimento.

- (A) Apenas I, III e IV.
- (B) Apenas I, II e III.
- (C) Apenas I, II e IV.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) Apenas II e III.

33. Sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.
- (B) A despesa total com pessoal, em cada período de apuração no Município, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida de 50%.
- (C) Nenhum benefício ou serviço relativo à seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a indicação da fonte de custeio total.
- (D) Entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.
- (E) A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.

34. Em relação à Lei do ISSQN (Lei Complementar nº 116/2003), analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

- I. O imposto incide sobre o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.
- II. O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, incluindo-se o do local das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres.

III. Os Municípios e o Distrito Federal não poderão atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário à terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.

- (A) I, II e III estão incorretas.
- (B) Apenas I e II estão corretas.
- (C) I, II e III estão corretas.
- (D) Apenas I e III estão corretas.
- (E) Apenas II e III estão corretas.

35. Sobre a Lei Orgânica do Município de Betim, assinale a alternativa correta.

- (A) O Município divulgará, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, dos recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio.
- (B) O ITBI incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital.
- (C) A isenção do tributo bem como qualquer remissão ou anistia, em matéria tributária ou previdenciária de competência do Município, podem ser concedidas por meio de decretos de iniciativa do Poder Executivo.
- (D) Em relação aos impostos de competência da União, pertencem ao Município quarenta por cento do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis nele situados.
- (E) Em relação aos impostos de competência do Estado, pertencem ao Município cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

36. De acordo com a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, as características de melhorias são: comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade. Em relação à característica da “verificabilidade”, assinale a alternativa correta.

- (A) Admite-se que os usuários internos e externos identifiquem e compreendam as

semelhanças dos itens e as diferenças das informações e suas variações propostas entre elas.

- (B) Ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar.
- (C) Refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, tanto de um período para outro, considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades.
- (D) Caracteriza-se por apresentar as informações disponíveis para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões.
- (E) Apresenta a informação com clareza e concisão, tornando-a acessível, tendo em vista que certos fenômenos são inerentemente complexos e não podem ser facilmente compreendidos.

37. Acerca dos livros de escrituração nas sociedades, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A escrituração do livro diário não pode ser substituída pela escrituração obrigatória do livro razão.
- (B) O livro razão é o mais importante dentre aqueles utilizados pela contabilidade, tendo em vista ser possível controlar, de forma separada, o movimento de todas as contas.
- (C) O livro diário é obrigatório, sendo exigido pelo Código Civil e estando sujeito às formalidades intrínsecas e extrínsecas.
- (D) Além dos demais livros exigidos por lei, o livro razão é indispensável, podendo ser substituído por fichas no caso de escrituração mecanizada ou eletrônica.
- (E) A pessoa jurídica tributada com base no lucro real deverá manter, em boa ordem e de acordo com as normas contábeis recomendadas, o livro diário para resumir e totalizar, por conta ou subconta, os lançamentos efetuados no livro-razão, mantidas as demais exigências e condições previstas na legislação.

38. Uma empresa adquiriu, mercadorias pelo preço de R\$ 500.000,00. Nesse valor, estavam inclusos R\$ 50.000,00 referentes aos tributos recuperáveis e R\$ 20.000,00 de tributos não recuperáveis. Pelo montante da transação, a empresa obteve um desconto incondicional no valor de R\$ 50.000,00, sabendo-se ainda que, na mesma operação, incorreram nos seguintes gastos:

- Transporte sobre as compras das mercadorias até a sede da empresa no valor de R\$ 10.000,00.
- Imposto de Importação no valor de R\$ 10.000,00.
- Seguro para transporte das mercadorias até a sede da empresa no valor de R\$ 5.000,00.

Com base nas informações apresentadas, é correto afirmar que o custo de aquisição das mercadorias adquiridas por essa empresa foi

- (A) R\$ 425.000,00.
- (B) R\$ 475.000,00.
- (C) R\$ 435.000,00.
- (D) R\$ 405.000,00.
- (E) R\$ 415.000,00.

39. Em 31/12/2017, a Empresa Betim S.A. apresentava as seguintes informações acerca da composição e da estrutura registradas e evidenciadas no seu Balanço Patrimonial por meio do Patrimônio Líquido (PL) da empresa: Capital Social no valor de R\$ 300.000,00; Reserva Legal no valor de R\$ 50.000,00; Reserva Estatutária no valor de R\$ 50.000,00; e Ações em Tesouraria no valor de R\$ 10.000,00. Em 2018, essa empresa apurou um Lucro Líquido no Exercício (LLE) no valor de R\$ 300.000,00.

Da Política de Destinação do Lucro Líquido do Exercício, registrados em seu Estatuto Social, tem-se:

- Reserva legal, correspondente ao estabelecido na legislação societária.
- Reserva estatutária, corresponde a 10% do lucro líquido, conforme estabelecido na legislação societária e no estatuto social da empresa.
- Dividendos obrigatórios correspondente a 30% do lucro líquido do exercício,

deduzido da reserva legal, nos termos estabelecido na legislação societária e no estatuto social da empresa.

É importante frisar que os saldos remanescentes serão tratados conforme estabelecido em legislação societária. Desse modo, com base nessas informações, o Balanço Patrimonial em 31/12/2018 dessa empresa apresentará um valor no Patrimônio Líquido de

- (A) R\$ 430.000,00.
- (B) R\$ 435.000,00.
- (C) R\$ 550.000,00.
- (D) R\$ 590.000,00.
- (E) R\$ 603.000,00.

40. Analise a relação de contas e os saldos a seguir de determinada empresa:

Contas	Valores
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 100.000,00
Aluguéis Ativos	R\$ 5.000,00
ICMS a Recuperar	R\$ 3.000,00
Despesas a Vencer	R\$ 2.000,00
ICMS a Recolher	R\$ 7.000,00
Duplicatas Descontadas	R\$ 3.000,00
Reserva Legal	R\$ 1.000,00
Ações em Tesouraria	R\$ 2.000,00
Juros Passivos	R\$ 4.000,00

Considerando as informações registradas anteriormente, essa empresa evidenciará um montante com os saldos devedores no valor de

- (A) R\$ 110.000,00.
- (B) R\$ 111.000,00.
- (C) R\$ 115.000,00.
- (D) R\$ 117.000,00.
- (E) R\$ 119.000,00.

41. A descoberta de fraudes nas sociedades empresariais não é tarefa simples de se realizar e evidenciar durante o decorrer dos trabalhos de auditoria, até porque pessoas que esquematizam fraudes normalmente são pessoas altamente capacitadas e treinadas e que buscam preservar-se de quaisquer suspeita, utilizando, para tal fim, vários instrumentos e artifícios, inclusive as facilidades que a tecnologia traz. Nesse sentido, a principal responsabilidade pela

prevenção e detecção da fraude na auditoria de uma empresa é do(s)

- (A) auditor independente.
- (B) auditor interno e do conselho fiscal.
- (C) contador da empresa e da sua administração.
- (D) órgão responsável pela fiscalização e sua administração.
- (E) responsáveis pela governança da entidade e da sua administração.

42. A documentação de auditoria é o registro dos procedimentos de auditoria executados, da evidência de auditoria relevante obtida e das conclusões alcançadas pelo auditor. A esse respeito, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

I. A documentação de auditoria serve para várias finalidades adicionais. Entre outras, inclui-se a de permitir que a equipe de trabalho possa ser responsabilizada por seu trabalho.

II. Um limite de tempo apropriado para concluir a montagem do arquivo final de auditoria geralmente não ultrapassa 60 dias, após a data do relatório do auditor.

III. O período de retenção para trabalhos de auditoria geralmente não é inferior a cinco anos, a contar da data do relatório do auditor.

- (A) I, II e III.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas I.

43. As modificações na opinião do auditor independente tratam da responsabilidade de o auditor emitir um relatório apropriado nas circunstâncias em que, ao formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis, conclui que é necessária uma modificação em sua opinião. Nesse contexto, analise as seguintes situações, acerca da “opinião modificada” de forma apropriada sobre as demonstrações contábeis auditadas.

Situação 1: O auditor consegue obter evidência de que as demonstrações contábeis contêm distorções relevantes e não generalizadas.

Situação 2: O auditor consegue obter evidência de que as demonstrações

contábeis contêm distorções relevantes e generalizadas.

Situação 3: O auditor não consegue obter evidência de que as demonstrações contábeis contêm distorções relevantes e os possíveis efeitos dessas distorções são relevantes e não generalizados.

Situação 4: O auditor não consegue obter evidência de que as demonstrações contábeis contêm distorções relevantes e os possíveis efeitos dessas distorções são relevantes e generalizados.

Com base nas situações apresentadas, o auditor deverá

- (A) na situação 1 emitir opinião sem ressalva.
- (B) na situação 2 emitir opinião adversa.
- (C) na situação 3 abster-se de expressar uma opinião.
- (D) na situação 4 emitir opinião adversa.
- (E) na situação 1 emitir opinião adversa.

44. Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

I. A vigência do Plano Plurianual – PPA – é de quatro anos, iniciando-se no segundo exercício financeiro do mandato do chefe do executivo e terminando no primeiro exercício financeiro do mandato subsequente, ou seja, não se confunde com o mandato do chefe do Executivo.

II. O prazo para encaminhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – ao Legislativo é de oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro (15 de abril) e a devolução ao Executivo deve ser realizada até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa (17 de julho).

III. A Lei Orçamentária Anual – LOA – é o instrumento pelo qual o Poder Público prevê a fixação das receitas e a realização de despesas para o período de um ano. A Constituição Federal de 1988 veda o início de programas ou projetos não incluídos na LOA.

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

45. O objeto da contabilidade aplicada ao setor público é o patrimônio público. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o patrimônio público representa o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações. Considerando os aspectos referentes ao patrimônio público, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s)

- I. Os bens de uso especial podem ser entendidos como os de domínio público, construídos ou não por pessoas jurídicas de direito público.
- II. Os bens intangíveis são conhecidos por bens imateriais ou corpóreos. Como o próprio nome indica, eles não possuem substância física, ou seja, não podem ser tocados.
- III. Os bens de uso comum que absorveram ou absorvem recursos públicos ou que foram recebidos em doação é que sofrem controle pela contabilidade aplicada ao setor público e, portanto, integram o patrimônio público.

- (A) Apenas I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I.
- (E) Apenas III.

46. Referente aos critérios de reconhecimento, avaliação e mensuração e evidenciação dos elementos de ativos nas entidades do setor público, seguindo o previsto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP), é correto afirmar que

- (A) as disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das operações ou transações.
- (B) as aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo

valor original, sendo atualizadas até a data das demonstrações contábeis.

- (C) os estoques são mensurados ou avaliados pelo valor de custo histórico ou valor realizável líquido, dos dois, o maior.
- (D) os direitos, os títulos de crédito e as obrigações prefixadas são ajustados a valor presente.
- (E) as participações em empresas sobre cuja administração se tenha influência significativa devem ser mensuradas ou avaliadas pelo método do custo de aquisição.

47. A respeito do Imposto sobre Transmissão "Inter vivos" de Bens Imóveis – ITBI – no Município de Betim (MG), assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O cedente, quando as transmissões imobiliárias se efetuarem sem o pagamento do ITBI devido, é responsável solidário.
- (B) Fica isenta do pagamento do imposto a transmissão dos bens ao cônjuge, em virtude da comunicação decorrente do regime de bens do casamento.
- (C) O cessionário do bem imóvel ou do direito a ele relativo é contribuinte do imposto.
- (D) A base de cálculo na arrematação ou no leilão e na adjudicação de bens imóveis será o valor estabelecido pela avaliação judicial ou administrativa, ou o preço pago, se este for maior.
- (E) A alíquota aplicável nas transmissões compreendidas no Sistema Financeiro da Habitação, em relação à parcela financiada, será de 1,5%.

48. Em relação à aplicação das alíquotas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) no Município de Betim (MG), analise os seguintes serviços e as alíquotas, nos termos da legislação tributária municipal vigente, e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Serviço de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros: alíquota de 2%.
- II. Serviço de organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS): alíquota de 3,5%.

III. Serviço de agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring): alíquota de 5%.

IV. Serviços de registros públicos, cartorários, notariais e tabelionato de protestos de título e todos os atos relacionados aos mesmos: alíquota de 5%.

- (A) I, II, III e IV.
- (B) Apenas I, II e III.
- (C) Apenas II, III e IV.
- (D) Apenas II e III.
- (E) Apenas II e IV.

49. De acordo a Legislação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), estabelecido pela Lei Municipal nº 3006, de 27 de maio de 1997, com suas alterações posteriores, é correto afirmar que

- (A) o IPTU será lançado anualmente de acordo com a situação fática do imóvel na data da ocorrência do fato gerador, que será no 1º dia útil de janeiro de cada exercício financeiro.
- (B) o IPTU e as taxas que com eles são cobradas, não quitados no exercício a que se referir o lançamento, serão inscritos em dívida ativa não tributária.
- (C) o sujeito passivo será notificado do lançamento do IPTU por meio de edital.
- (D) o lançamento do IPTU e das taxas que com ele são cobradas será feito por declaração, com base nos dados constantes do Cadastro Imobiliário.
- (E) a base de cálculo do IPTU é o valor venal do imóvel. Na determinação da base de cálculo, será considerado o valor dos bens móveis mantidos em caráter permanente ou temporário no imóvel para sua utilização.

50. Acerca da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública, no Município de Betim (MG), analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Seu fato gerador é a utilização, efetiva ou potencial, do serviço de iluminação pública.
- II. A base de cálculo é o valor da taxa de iluminação pública vigente no mês de apuração.
- III. Sujeito ativo é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de imóvel, edificado ou não, beneficiado pelo serviço de iluminação pública, consumidor de energia elétrica ou não.
- IV. Os valores não pagos no vencimento serão acrescidos de juros de mora, multa e correção monetária, e serão inscritos em dívida ativa não tributária, nos termos da legislação municipal.

- (A) I, II e IV.
- (B) Apenas I, II e III.
- (C) Apenas III e IV.
- (D) Apenas II e III.
- (E) Apenas I.

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.



M2585007N

PREFEITURA DE BETIM
ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019
NÍVEL SUPERIOR

AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

NOME DO CANDIDATO _____

INSCRIÇÃO _____

Composição do Caderno

Dissertativa	01
Língua Portuguesa	01 a 10
Legislações Municipais	11 a 20
Conhecimentos Específicos	21 a 50

MANHÃ

PROVA

02

LEMBRE-SE DE MARCAR O NÚMERO
CORRESPONDENTE À SUA PROVA NA
FOLHA DE RESPOSTAS!



Fraudar ou tentar fraudar Concursos Públicos é Crime!

Previsto no art. 311 - A do Código Penal

Instruções

1. Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas e na Versão Definitiva da Prova Dissertativa. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
2. Os únicos documentos válidos para avaliação são a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Prova Dissertativa. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para a transcrição da Versão Definitiva da Prova Dissertativa e para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: •
3. O prazo de realização da prova é de 4 (quatro) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas e a transcrição da Versão Definitiva da Prova Dissertativa. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o Caderno de Questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Prova Dissertativa devidamente preenchidas e assinadas. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
5. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.
6. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCP - www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.
7. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

INSTRUÇÕES PARA PROVA DISSERTATIVA

A Prova Dissertativa será avaliada considerando-se os seguintes aspectos:

1. Atendimento e desenvolvimento do tema;
2. Coesão referencial e sequencial (intra e entre parágrafos) / Coerência (progressão, articulação, não contradição);
3. Atendimento à estrutura textual proposta;
4. Informatividade e argumentação.
5. Modalidade gramatical: pontuação, grafia, concordância e regência.

O candidato terá sua Prova Dissertativa avaliada com nota 0 (zero) em caso de:

- a) não desenvolver o tema proposto, ou seja, fugir ao tema proposto;
- b) não desenvolver o tema na tipologia textual exigida;
- c) apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
- d) redigir seu texto a lápis, ou a tinta em cor diferente de azul ou preta;
- e) não apresentar sua Redação na Folha da Versão Definitiva ou entregá-la em branco, ou desenvolvê-la com letra ilegível, com espaçamento excessivo entre letras, palavras, parágrafos e margens;
- f) apresentar identificação de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).

O candidato disporá de 15 (quinze) linhas no mínimo, e 30 (trinta) linhas no máximo para elaborar a versão definitiva da Prova Dissertativa, sendo desconsiderado para efeito de avaliação qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima de 30 (trinta) linhas permitida para a elaboração de seu texto.

A Prova Dissertativa deverá ser feita à mão pelo próprio candidato, em letra legível, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.

COLETÂNEA DE TEXTOS DE APOIO

TEXTO I

Conforme Carmo (2001, p.15), o trabalho pode ser definido como “toda atividade realizada pelo homem civilizado que transforma a natureza pela inteligência. E realizando essa atividade, o homem se transforma, se autoproduz e, ao se relacionar com outros homens, estabelece a base para as relações sociais”.

Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/2science/article/pii/S0080210716302473>>. Acesso em 28 jan. 2020.

TEXTO II

[...] o fato de não trabalhar pode ter consequências negativas, que afetam diretamente a personalidade. “Em razão da centralidade que o trabalho ocupa em nossas vidas, é que podemos compreender as consequências negativas do não-trabalho, da inatividade. Um sujeito sem trabalho é impedido de se realizar como homem e cidadão, o que afeta diretamente sua dignidade”, salienta Vanessa, que é mestre em Saúde Coletiva/Saúde do Trabalhador, especialista em Gestão de Recursos Humanos e professora da Imed.

Disponível em: <<http://www.onacional.com.br/geral/cidade/37224/0+trabalho+dignifica+o+homem>>. Acesso em 28 jan. 2020.

TEXTO III

OS SENTIDOS DO TRABALHO

O trabalho conserva um lugar importante na sociedade. Para a pergunta: “se você tivesse bastante dinheiro para viver o resto da sua vida confortavelmente sem trabalhar, o que você faria com relação ao seu trabalho?”, mais de 80% das pessoas pesquisadas respondem que trabalhariam mesmo assim [...]. As principais razões são as seguintes: para se relacionar com outras pessoas, para ter o sentimento de vinculação, para ter algo que fazer, para evitar o tédio e para se ter um objetivo na vida.

O trabalho representa um valor importante, exerce uma influência considerável sobre a motivação dos trabalhadores e também sobre sua satisfação e sua produtividade [...]. Vale a pena, então, tentar compreender o sentido do trabalho hoje [...].

Segundo o modelo de Hackman e Oldham, três características contribuem para dar sentido ao trabalho:

1. A variedade das tarefas: a capacidade de um trabalho requerer uma variedade de tarefas que exijam uma variedade de competências.

2. A identidade do trabalho: a capacidade de um trabalho permitir a realização de algo do começo ao fim, com um resultado tangível, identificável.

3. O significado do trabalho: a capacidade de um trabalho ter um impacto significativo sobre o bem-estar ou sobre o trabalho de outras pessoas, seja na sua organização, seja no ambiente social.

Disponível em: <<http://w.scielo.br/pdf/rae/v41n3/v41n3a02.pdf>>. Acesso em 28 jan. 2020.

PROPOSTA DE REDAÇÃO – RASCUNHO PARA DISSERTATIVA

Os excertos de textos oferecidos como motivadores temáticos promovem, conjuntamente, uma reflexão sobre a importância do trabalho.

Nesse sentido, a partir da leitura dos textos de apoio e do seu conhecimento de mundo, elabore um texto dissertativo, entre 20 e 30 linhas, em que você discorra sobre **a importância do trabalho na vida das pessoas e de que forma a função exercida pelo cargo que você concorre impacta a sociedade**.

Selecione fatos e argumentos próprios e do texto de apoio, relacionando-os, de modo coeso e coerente, para construir seu ponto de vista. Para tanto, NÃO copie trechos da coletânea de textos.

-
1. _____
 2. _____
 3. _____
 4. _____
 5. _____
 6. _____
 7. _____
 8. _____
 9. _____
 10. _____
 11. _____
 12. _____
 13. _____
 14. _____

15. _____
16. _____
17. _____
18. _____
19. _____
20. _____
21. _____
22. _____
23. _____
24. _____
25. _____
26. _____
27. _____
28. _____
29. _____
30. _____

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

Língua Portuguesa

TEXTO 1

O que galáxias distantes dizem sobre a evolução do Universo

Observar galáxias distantes nos ajuda a montar o quebra-cabeça do Universo: quanto mais longe enxergamos, mais ao passado voltamos

Seria legal se pudéssemos passar um filminho revelando a história das galáxias e ver também como era a Via Láctea no passado. Mas, como não podemos, temos que observar as galáxias distantes e tentar montar o quebra-cabeça de como esses astros fantásticos evoluem.

O telescópio espacial Hubble é peça-chave para desvendar essa história. Com ele, conseguimos captar a luz com mais nitidez, já que ela não sofre interferência da atmosfera, mas mesmo assim temos que deixá-lo aberto por muito tempo para obter a luz fraquinha das galáxias distantes.

Em 1995, o ex-diretor do Hubble, Bob Williams, fez a primeira imagem das profundezas do Universo exatamente assim. A equipe do Hubble escolheu uma região do céu sem nenhuma estrela brilhante por perto para garantir que não interferisse na imagem das galáxias de fundo. E deixou o Hubble aberto durante dez dias captando a luz da mesma região. Uma região do céu que parecia totalmente vazia mostrou uma imagem incrível cravejada de galáxias.

O Universo é como se fosse uma “máquina do tempo”: quanto mais longe enxergamos, mais ao passado voltamos. Se vemos uma galáxia a 1 bilhão de anos-luz de nós, significa que a sua luz levou 1 bilhão de anos atravessando o espaço para chegar até aqui. Ou seja, estamos vendo a galáxia como ela era há 1 bilhão de anos, no passado, e não como ela é agora.

Desde a imagem histórica feita pelo Hubble, já tivemos muitas outras das profundezas do Universo. E elas revelam que as galáxias mais longínquas parecem bem pequenas por causa da distância, como era de se esperar, mas descobrimos também que elas são realmente menores e não possuem formatos bem definidos. Isso significa que elas crescem e se transformam com o tempo.

A galáxia mais distante já observada é a GN-z11, que está a 13,4 bilhões de anos-luz de nós! Ou seja, estamos vendo como ela era quando o

Universo tinha apenas 400 milhões de anos. Ela fica na constelação de Ursa Maior e parece um pontinho vermelho na imagem do Hubble.

Essas galáxias muito distantes estão se afastando aceleradamente de nós, por isso vemos sua luz sempre mais avermelhada do que deveria ser. Porém, nem os olhos humanos nem o Hubble conseguem captar o extremo da luz vermelha que precisamos obter para ver mais além.

Por isso, necessitamos de instrumentos como o telescópio James Webb. Ele captará luz infravermelha e enxergará ainda mais longe que o Hubble. Seu lançamento está previsto para 2021, segundo a Nasa, e estamos muito empolgadas com a enxurrada de novas peças para ajudar a solucionar nosso quebra-cabeça galáctico.

Fonte: Adaptado de:

<https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Espaco/noticia/2020/01/o-que-galaxias-distantes-dizem-sobre-evolucao-do-universo.html>.

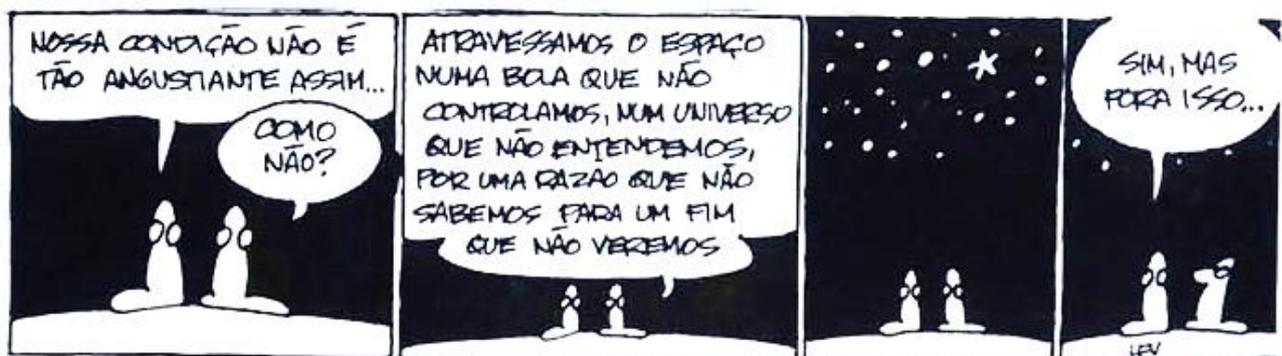
Acesso em: 19 jan. 2020.

1. **A reescrita do trecho “Essas galáxias muito distantes estão se afastando aceleradamente de nós, por isso vemos sua luz sempre mais avermelhada do que deveria ser.”, do Texto 1, mantém o sentido original quando se substitui a expressão em destaque por**

- (A) porque.
- (B) assim.
- (C) todavia.
- (D) consoante.
- (E) não obstante.

2. **Assinale a alternativa que apresenta corretamente a regra de formação de plural para o substantivo composto “quebra-cabeça”.**
- (A) Quando os termos componentes não se ligam por preposição, só o primeiro toma a forma plural.
(B) Quando o segundo termo da composição é um substantivo que funciona como determinante específico, só o primeiro toma a forma plural.
(C) Quando o primeiro termo da composição é um substantivo que funciona como determinante específico, só o segundo toma a forma plural.
(D) Quando a palavra composta é constituída de dois substantivos, ou de um substantivo e um adjetivo, ambos vão para o plural.
(E) Quando o primeiro termo do composto é verbo ou palavra invariável e o segundo substantivo ou adjetivo, só o segundo vai para o plural.
3. **Assinale a alternativa que classifica corretamente a oração subordinada do trecho “[...] quanto mais longe enxergamos, mais ao passado voltamos”, subtítulo do Texto 1.**
- (A) Oração subordinada adverbial proporcional.
(B) Oração subordinada adverbial consecutiva.
(C) Oração subordinada substantiva objetiva direta.
(D) Oração subordinada substantiva completiva nominal.
(E) Oração subordinada adjetiva restritiva.
4. **No trecho “E elas revelam que as galáxias mais longínquas parecem bem pequenas por causa da distância [...]”, do Texto 1, a palavra “longínquas” pode ser substituída, sem prejuízo para o sentido, por**
- (A) alhures.
(B) ábditas.
(C) algures.
(D) propínquas.
(E) contíguas.
5. **No trecho “Uma região do céu que parecia totalmente vazia mostrou uma imagem incrível cravejada de galáxias”, do Texto 1, utiliza-se a figura de linguagem**
- (A) comparação.
(B) metonímia.
(C) metáfora.
(D) sinestesia.
(E) sinédoque.

TEXTO 2



Fonte: Adaptado de: http://1.bp.blogspot.com/-oSNjvAa_uZE/TgluBslIMXl/AAAAAAAAAN0/R208RGfxPoQ/s1600/as%2Bcobras%2B11.jpg. Acesso em: 19 jan. 2020.

6. **Em relação ao emprego do acento agudo, assinale a alternativa correta.**

- (A) “Fora” não recebe acento agudo, pois é uma palavra paroxítona terminada em “a”.
- (B) “Bola” não recebe acento agudo, pois é uma palavra oxítona terminada em “a”.
- (C) “Universo” não recebe acento agudo, pois é uma palavra proparoxítona terminada em “o”.
- (D) “Espaço” deveria receber acento agudo, porque é uma palavra paroxítona terminada em “o”.
- (E) “Fim” não recebe acento agudo, porque é uma palavra paroxítona terminada em “m”.

7. **Informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.**

() O “que” empregado no trecho “Atravessamos o espaço numa bola que não controlamos [...]”, do Texto 2, é um pronome relativo.

() O “que” empregado no trecho “Atravessamos o espaço numa bola que não controlamos [...]”, do Texto 2, é uma conjunção integrante.

() Quando exerce a função de demonstrativo, o “que” pode ser precedido por pronomes demonstrativos.

() Quando funciona como conjunção, o “que” pode exercer diferentes funções sintáticas.

- (A) V – V – F – V.
- (B) V – F – V – F.
- (C) F – V – F – V.
- (D) V – V – F – F.
- (E) F – F – V – V.

8. **A partir da análise do trecho “Nossa condição não é tão angustiante assim...”, do Texto 2, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).**

I. **Emprega-se um verbo de ligação.**

II. **O verbo empregado é irregular.**

III. **O verbo está conjugado na terceira pessoa do singular e o tempo é o presente do indicativo.**

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

9. **O termo “num”, empregado algumas vezes no diálogo do Texto 2, é exemplo de qual tipo de variação linguística?**

- (A) Diastrática, relacionada à faixa etária.
- (B) Diastrática, relacionada ao sexo masculino.
- (C) Diafásica, relacionada às circunstâncias das interações verbais.
- (D) Diatópica, relacionada às diferenças linguísticas distribuídas no espaço físico.
- (E) Deôntica, relacionada às transformações fonológicas por que passou a língua.

10. **Assinale a alternativa correta.**

- (A) A ideia central do Texto 1 é a de que não sabemos exatamente como o universo é formado.
- (B) O Texto 2 apresenta uma reflexão sobre a pequenez dos personagens diante do universo.
- (C) Os Textos 1 e 2 são isentos de posicionamento em relação às suas respectivas temáticas.
- (D) Os Textos 1 e 2 apresentam pontos de vista destoantes sobre a compreensão do universo.
- (E) O Texto 1 e o Texto 2 congregam o mesmo entendimento sobre a origem dos planetas no universo.

Legislações Municipais

11. Assinale a alternativa correta considerando as disposições da Lei Orgânica do Município de Betim (MG).

- (A) No tocante aos bens públicos municipais, o cadastramento e a identificação técnica dos imóveis serão semestralmente atualizados, garantindo o acesso às informações neles contidas.
- (B) A venda ao proprietário de imóvel lindeiro de área urbana remanescente e inaproveitável para edificação ou outra destinação de interesse coletivo, resultante de obra pública, depende exclusivamente de prévia avaliação.
- (C) A doação de bem imóvel do Município é permitida para a instalação e funcionamento de órgão ou serviço público e para fins exclusivamente de interesse social.
- (D) Quanto ao uso especial, por terceiro, de bens imóveis municipais, a permissão se caracteriza por ser de tempo determinado e depender de prévia autorização legislativa e licitação, podendo esta ser dispensada quando ocorrer relevante interesse público ou interesse social, expressamente justificado.
- (E) O Município, obrigatoriamente para a venda ou doação de seu bem imóvel, outorgará concessão de direito real de uso.

12. No que concerne à Lei Orgânica do Município de Betim (MG), assinale a alternativa correta.

- (A) O Secretário Municipal será escolhido dentre brasileiros maiores de 21 (vinte e um) anos de idade e no exercício dos direitos políticos.
- (B) A Câmara Municipal, a requerimento da maioria de seus membros, pode convocar, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, Secretário Municipal, para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado e constante da convocação, sob pena de responsabilidade no caso de ausência injustificada.
- (C) Anualmente, dentro de 90 (noventa) dias do início da sessão legislativa, o Prefeito encaminhará à Câmara relatório do estado em que se encontram os assuntos e as atividades municipais.
- (D) O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, acerca das contas municipais, só deixará de prevalecer por decisão de maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

- (E) O Poder Executivo publicará, até 60 (sessenta) dias após encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

13. Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas tendo em vista a Lei Orgânica do Município de Betim (MG).

- I. O Município incentivará, na forma da lei, o setor empresarial, na criação e manutenção de escolas para os filhos de seus funcionários, desde o nascimento até os 08 (oito) anos de idade.
- II. Em entidade da administração indireta, pelo menos um cargo ou função de direção superior será provido por servidor ou empregado de carreira da respectiva instituição.
- III. Cada período de 10 (dez) anos de efetivo exercício dá ao servidor o direito ao adicional de 05 (cinco) por cento sobre seu vencimento, o qual a este se incorpora para efeito de aposentadoria.
- IV. Cada legislatura tem a duração de 04 (quatro) anos, compreendendo cada ano uma sessão legislativa.

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas II e IV.
- (C) Apenas III e IV.
- (D) Apenas I, II e III.
- (E) Apenas I, III e IV.

14. Conforme a Lei Orgânica do Município de Betim (MG), assinale a alternativa correta.

- (A) O controle externo, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Justiça do Estado.
- (B) O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito Municipal, auxiliado pelos Vereadores.
- (C) O Município, as entidades de sua administração indireta e as de direito privado prestadoras de serviço público respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável, somente nos casos de dolo.
- (D) É permitido ao servidor desempenhar atividades que não sejam próprias do cargo de que for titular, desde que com a devida autorização do respectivo superior hierárquico.
- (E) O prazo de validade de concurso público é de até 2 (dois) anos, prorrogável uma vez, por igual período.

15. Em relação à Lei Municipal nº 884/1969, que dispõe acerca do Estatuto dos Funcionários da Prefeitura Municipal de Betim (MG), assinale a alternativa correta.

- (A) É vedado o exercício gratuito de cargos públicos, salvo mediante prévia autorização do Poder Judiciário.
- (B) Dentre outras hipóteses, os cargos públicos são providos por nomeação, promoção e aposentadoria.
- (C) Compete ao Prefeito prover, por lei complementar, os cargos públicos.
- (D) Reversão é o reingresso no serviço público da Prefeitura Municipal de Betim de funcionário em disponibilidade.
- (E) Somente depois de 12 (doze) meses de exercício o funcionário adquirirá direito a férias.

16. Segundo o Estatuto dos Funcionários da Prefeitura Municipal de Betim (MG), Lei Municipal nº 884/1969, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) No ato da posse, o candidato deverá declarar, por escrito, se é titular de outro cargo ou função pública.
- (B) O funcionário que não entrar em exercício dentro do prazo será demitido do cargo.
- (C) Ninguém pode ser efetivado ou adquirir estabilidade, como funcionário, se não for aprovado e classificado em concurso.
- (D) As férias serão reduzidas a 20 (vinte) dias quando o funcionário contar, no período aquisitivo anterior, mais de 09 (nove) faltas não justificadas ao trabalho.
- (E) É proibida a acumulação de férias, salvo por imperiosa necessidade do serviço e pelo máximo de dois períodos, atestada a necessidade de ofício pelo chefe do órgão em que servir o funcionário.

17. Assinale a alternativa correta no que diz respeito à Lei Municipal nº 884/1969 – Estatuto dos Funcionários da Prefeitura Municipal de Betim (MG).

- (A) Salvo nos casos de reintegração e designação para função gratificada, o exercício do cargo terá início dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados da data da posse.
- (B) Será considerado de efetivo exercício, para todos efeitos, o afastamento em virtude de casamento, até 10 (dez) dias, contados da realização do ato civil.
- (C) Não se concederão férias-prêmio, se houver o beneficiário, no período aquisitivo de 05 (cinco) anos, faltado ao serviço,

injustificavelmente, por mais de 05 (cinco) dias consecutivos ou não.

- (D) O pedido de férias-prêmio deverá ser protocolado com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência da data de gozo, com a autorização da chefia imediata, sendo que o gozo deverá ser dividido em 02 (dois) períodos distintos e em anos subsequentes. Cada período de férias-prêmio será de 30 (trinta) ou 60 (sessenta) dias.
- (E) O direito a férias-prêmio deve ser exercitado dentro dos 10 (dez) anos subsequentes à data em que foi completado o respectivo período aquisitivo, sob pena de decadência.

18. De acordo com o Estatuto dos Funcionários da Prefeitura Municipal de Betim (MG), assinale a alternativa correta.

- (A) A licença concedida dentro de 60 (sessenta) dias contados do término da anterior será considerada prorrogação desta.
- (B) Quanto à licença para tratamento de saúde, é indispensável a inspeção médica, que deverá realizar-se, em todos os casos, no órgão municipal de saúde.
- (C) No curso da licença para tratamento de saúde, o funcionário abster-se-á de qualquer atividade remunerada, ou mesmo gratuita, sob pena de cassação imediata da licença, com perda total dos vencimentos correspondentes ao período já gozado e suspensão por abandono do cargo.
- (D) Será concedida licença paternidade ao servidor pai biológico ou pai adotante por um período de 15 (quinze) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.
- (E) Será concedido ao pai, servidor público municipal, o direito de licença paternidade, nos moldes da licença maternidade, somente nos casos de falecimento da genitora ou da adotante durante o período de licença maternidade.

19. Consoante à Lei Municipal nº 884/1969, o pedido de reconsideração deverá ser decidido dentro do prazo de

- (A) 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período, desde que devidamente fundamentado.
- (B) 15 (quinze) dias, prorrogáveis por igual período, desde que devidamente fundamentado.
- (C) 20 (vinte) dias improrrogáveis.
- (D) 30 (trinta) dias improrrogáveis.
- (E) 45 (quarenta e cinco) dias improrrogáveis.

20. Referente à Lei Orgânica do Município de Betim (MG), assinale a alternativa correta.

- (A) Todos têm o direito de requerer e obter informação sobre projetos do Poder Público, a qual será prestada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, ressalvada aquela cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Município, nos termos da lei.
- (B) São a todos assegurados, desde que pagas as devidas taxas, o direito de petição ou representação aos poderes públicos do Município, a obtenção de certidão para a defesa de direito e o esclarecimento de situação de interesse social.
- (C) São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- (D) Incide na penalidade de destituição de mandato administrativo ou de cargo ou função de direção, em órgão ou entidade da administração pública, o agente público que deixar injustificadamente de sanar, dentro de 90 (noventa) dias do requerimento do interessado, omissão que inviabilize o exercício de direito constitucional.
- (E) Ao Município compete manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação de ensino fundamental ao ensino superior.

Conhecimentos Específicos

21. São atributos do ato administrativo:

- (A) objeto e tipicidade.
- (B) competência e tipicidade.
- (C) competência e imperatividade.
- (D) forma e presunção de legitimidade.
- (E) presunção de legitimidade e autoexecutoriedade.

22. Um dos poderes administrativos é aquele instrumento disponibilizado à Administração Pública para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa. Tal poder denomina-se

- (A) poder militar.
- (B) poder regulamentar.
- (C) poder hierárquico.
- (D) poder disciplinar.
- (E) poder de polícia.

23. O retorno à atividade do servidor aposentado, no interesse da Administração ou quando cessar a invalidez temporária, é uma forma de provimento do cargo denominada

- (A) nomeação.
- (B) promoção vertical.
- (C) recondução.
- (D) reversão.
- (E) readaptação.

24. Assinale a alternativa que apresenta o conceito correto de "adjudicação" nas licitações públicas.

- (A) É o ato administrativo pelo qual a autoridade superior manifesta sua concordância com a legalidade e a conveniência do procedimento licitatório.
- (B) É a necessidade de verificação da capacidade do licitante no exercício de direitos e deveres, para caso de eventual responsabilização pelas obrigações pactuadas.
- (C) É o ato administrativo pelo qual se declara como satisfatória a proposta vencedora do procedimento e se afirma a intenção de celebrar o contrato com o seu ofertante.
- (D) É o ato que tem o condão de demonstrar que o interessado está devidamente inscrito nos cadastros públicos pertinentes e regular com suas obrigações fiscais e trabalhistas.
- (E) É sinônimo da comercialização, prestação ou execução, de forma direta, de produtos, serviços ou obras especificamente relacionadas com seus respectivos objetos sociais.

25. Uma das características do tributo quanto à sua finalidade é aquela em que o sujeito competente para instituir o tributo delega a outra pessoa jurídica de direito público a sujeição ativa do tributo (capacidade tributária), atribuindo-lhe, também, o produto da arrecadação. Essa finalidade denomina-se

- (A) extrafiscalidade.
- (B) parafiscalidade.
- (C) compulsoriedade.
- (D) fiscalidade.
- (E) juridicidade.

26. Compete ao Município de Betim a instituição dos seguintes impostos:

- (A) Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) e contribuição de melhoria.
- (B) Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) e imposto sobre a transmissão *inter vivos* de bens imóveis (ITBI).
- (C) Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) e imposto sobre produto industrializado (IPI).
- (D) Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) e contribuição para custeio da iluminação pública (COSIP).
- (E) Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) e imposto territorial rural (ITR).

27. Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. São modalidades legais de lançamento tributário:

- I. Lançamento de ofício.**
- II. Lançamento por declaração.**
- III. Lançamento por homologação.**
- IV. Lançamento por sentença.**

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas I, II e IV.
- (D) Apenas II e III.
- (E) Apenas I, III e IV.

28. Sobre vigência e aplicação da lei tributária, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Entram em vigor no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação os dispositivos de lei, referentes a impostos sobre o patrimônio ou a renda que instituem ou majoram tais impostos.
- (B) A legislação tributária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios vigora, no País, fora dos respectivos territórios, nos limites em que lhe reconheçam extraterritorialidade os convênios de que participem, ou do que disponham esta ou outras leis de normas gerais expedidas pela União.
- (C) A lei aplica-se a ato ou fato pretérito em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.

- (D) Entram em vigor no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação os dispositivos de lei, referentes a impostos sobre o patrimônio ou a renda que definem novas hipóteses de incidência.
- (E) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros, excetuados os pendentos, assim entendidos como aqueles cuja ocorrência tenha tido início, mas não esteja completa.

29. Segundo o Código Tributário, as taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição. Nesse sentido, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A taxa não pode ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto nem ser calculada em função do capital das empresas.
- (B) Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.
- (C) Os serviços públicos consideram-se divisíveis, quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.
- (D) A taxa é uma remuneração devida por um serviço público, de sujeição alternativa, que se estabelece em virtude de uma relação contratual entre o cidadão e o Poder Público, quase sempre representado por uma concessionária ou permissionária.
- (E) Os serviços públicos consideram-se específicos, quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade, ou de necessidades públicas.

30. Acerca da Lei de Licitações (Lei Federal nº 8.666/1993), assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.
- (B) As licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, salvo por motivo de interesse público, devidamente justificado.
- (C) É indispensável a licitação quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- (D) Nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.
- (E) É dispensável a licitação na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.

31. Em relação à Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.
 - II. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.
 - III. O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilícitamente não está sujeito às cominações da Lei de Improbidade.
 - IV. A aplicação das sanções previstas nessa lei independe da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, salvo quanto à pena de ressarcimento.
- (A) Apenas I, III e IV.
 - (B) Apenas I, II e III.
 - (C) Apenas I, II e IV.
 - (D) Apenas III e IV.
 - (E) Apenas II e III.

32. Sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.
- (B) A despesa total com pessoal, em cada período de apuração no Município, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida de 50%.
- (C) Nenhum benefício ou serviço relativo à seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a indicação da fonte de custeio total.
- (D) Entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.
- (E) A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.

33. Em relação à Lei do ISSQN (Lei Complementar nº 116/2003), analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

- I. O imposto incide sobre o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.
- II. O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, incluindo-se o do local das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres.
- III. Os Municípios e o Distrito Federal não poderão atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário à terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em

caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.

- (A) I, II e III estão incorretas.
- (B) Apenas I e II estão corretas.
- (C) I, II e III estão corretas.
- (D) Apenas I e III estão corretas.
- (E) Apenas II e III estão corretas.

34. Sobre a Lei Orgânica do Município de Betim, assinale a alternativa correta.

- (A) O Município divulgará, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, dos recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio.
- (B) O ITBI incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital.
- (C) A isenção do tributo bem como qualquer remissão ou anistia, em matéria tributária ou previdenciária de competência do Município, podem ser concedidas por meio de decretos de iniciativa do Poder Executivo.
- (D) Em relação aos impostos de competência da União, pertencem ao Município quarenta por cento do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis nele situados.
- (E) Em relação aos impostos de competência do Estado, pertencem ao Município cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

35. Acerca do princípio administrativo da autotutela, assinale a alternativa correta.

- (A) Esse princípio permite à Administração Pública a revisão de seus atos, seja por vícios de ilegalidade (invalidação), seja por motivos de conveniência e oportunidade (revogação).
- (B) A autotutela repele e abomina favoritismos e restrições indevidas, exigindo tratamento equânime e marcado pela neutralidade, proibindo que o agente público utilize seu cargo para a satisfação de interesses pessoais.
- (C) Esse princípio exige que a ação da administração seja ética e respeite os valores jurídicos e morais.

(D) A autotutela exige que a atuação do Poder Público seja transparente, com informações acessíveis à sociedade.

(E) Segundo tal princípio, os atos administrativos se revestem de uma presunção relativa de que são praticados legitimamente, de acordo com as normas jurídicas.

36. Acerca dos livros de escrituração nas sociedades, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A escrituração do livro diário não pode ser substituída pela escrituração obrigatória do livro razão.
- (B) O livro razão é o mais importante dentre aqueles utilizados pela contabilidade, tendo em vista ser possível controlar, de forma separada, o movimento de todas as contas.
- (C) O livro diário é obrigatório, sendo exigido pelo Código Civil e estando sujeito às formalidades intrínsecas e extrínsecas.
- (D) Além dos demais livros exigidos por lei, o livro razão é indispensável, podendo ser substituído por fichas no caso de escrituração mecanizada ou eletrônica.
- (E) A pessoa jurídica tributada com base no lucro real deverá manter, em boa ordem e de acordo com as normas contábeis recomendadas, o livro diário para resumir e totalizar, por conta ou subconta, os lançamentos efetuados no livro-razão, mantidas as demais exigências e condições previstas na legislação.

37. Uma empresa adquiriu, mercadorias pelo preço de R\$ 500.000,00. Nesse valor, estavam inclusos R\$ 50.000,00 referentes aos tributos recuperáveis e R\$ 20.000,00 de tributos não recuperáveis. Pelo montante da transação, a empresa obteve um desconto incondicional no valor de R\$ 50.000,00, sabendo-se ainda que, na mesma operação, incorreram nos seguintes gastos:

- Transporte sobre as compras das mercadorias até a sede da empresa no valor de R\$ 10.000,00.
- Imposto de Importação no valor de R\$ 10.000,00.
- Seguro para transporte das mercadorias até a sede da empresa no valor de R\$ 5.000,00.

Com base nas informações apresentadas, é correto afirmar que o custo de aquisição das mercadorias adquiridas por essa empresa foi

- (A) R\$ 425.000,00.
- (B) R\$ 475.000,00.
- (C) R\$ 435.000,00.
- (D) R\$ 405.000,00.
- (E) R\$ 415.000,00.

38. Em 31/12/2017, a Empresa Betim S.A. apresentava as seguintes informações acerca da composição e da estrutura registradas e evidenciadas no seu Balanço Patrimonial por meio do Patrimônio Líquido (PL) da empresa: Capital Social no valor de R\$ 300.000,00; Reserva Legal no valor de R\$ 50.000,00; Reserva Estatutária no valor de R\$ 50.000,00; e Ações em Tesouraria no valor de R\$ 10.000,00. Em 2018, essa empresa apurou um Lucro Líquido no Exercício (LLE) no valor de R\$ 300.000,00.

Da Política de Destinação do Lucro Líquido do Exercício, registrados em seu Estatuto Social, tem-se:

- Reserva legal, correspondente ao estabelecido na legislação societária.
- Reserva estatutária, corresponde a 10% do lucro líquido, conforme estabelecido na legislação societária e no estatuto social da empresa.
- Dividendos obrigatórios correspondente a 30% do lucro líquido do exercício,

deduzido da reserva legal, nos termos estabelecido na legislação societária e no estatuto social da empresa.

É importante frisar que os saldos remanescentes serão tratados conforme estabelecido em legislação societária. Desse modo, com base nessas informações, o Balanço Patrimonial em 31/12/2018 dessa empresa apresentará um valor no Patrimônio Líquido de

- (A) R\$ 430.000,00.
- (B) R\$ 435.000,00.
- (C) R\$ 550.000,00.
- (D) R\$ 590.000,00.
- (E) R\$ 603.000,00.

39. Analise a relação de contas e os saldos a seguir de determinada empresa:

Contas	Valores
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 100.000,00
Aluguéis Ativos	R\$ 5.000,00
ICMS a Recuperar	R\$ 3.000,00
Despesas a Vencer	R\$ 2.000,00
ICMS a Recolher	R\$ 7.000,00
Duplicatas Descontadas	R\$ 3.000,00
Reserva Legal	R\$ 1.000,00
Ações em Tesouraria	R\$ 2.000,00
Juros Passivos	R\$ 4.000,00

Considerando as informações registradas anteriormente, essa empresa evidenciará um montante com os saldos devedores no valor de

- (A) R\$ 110.000,00.
- (B) R\$ 111.000,00.
- (C) R\$ 115.000,00.
- (D) R\$ 117.000,00.
- (E) R\$ 119.000,00.

40. A descoberta de fraudes nas sociedades empresariais não é tarefa simples de se realizar e evidenciar durante o decorrer dos trabalhos de auditoria, até porque pessoas que esquematizam fraudes normalmente são pessoas altamente capacitadas e treinadas e que buscam preservar-se de quaisquer suspeita, utilizando, para tal fim, vários instrumentos e artifícios, inclusive as facilidades que a tecnologia traz. Nesse sentido, a principal responsabilidade pela

prevenção e detecção da fraude na auditoria de uma empresa é do(s)

- (A) auditor independente.
- (B) auditor interno e do conselho fiscal.
- (C) contador da empresa e da sua administração.
- (D) órgão responsável pela fiscalização e sua administração.
- (E) responsáveis pela governança da entidade e da sua administração.

41. A documentação de auditoria é o registro dos procedimentos de auditoria executados, da evidência de auditoria relevante obtida e das conclusões alcançadas pelo auditor. A esse respeito, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

I. A documentação de auditoria serve para várias finalidades adicionais. Entre outras, inclui-se a de permitir que a equipe de trabalho possa ser responsabilizada por seu trabalho.

II. Um limite de tempo apropriado para concluir a montagem do arquivo final de auditoria geralmente não ultrapassa 60 dias, após a data do relatório do auditor.

III. O período de retenção para trabalhos de auditoria geralmente não é inferior a cinco anos, a contar da data do relatório do auditor.

- (A) I, II e III.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas I.

42. As modificações na opinião do auditor independente tratam da responsabilidade de o auditor emitir um relatório apropriado nas circunstâncias em que, ao formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis, conclui que é necessária uma modificação em sua opinião. Nesse contexto, analise as seguintes situações, acerca da “opinião modificada” de forma apropriada sobre as demonstrações contábeis auditadas.

Situação 1: O auditor consegue obter evidência de que as demonstrações contábeis contêm distorções relevantes e não generalizadas.

Situação 2: O auditor consegue obter evidência de que as demonstrações

contábeis contêm distorções relevantes e generalizadas.

Situação 3: O auditor não consegue obter evidência de que as demonstrações contábeis contêm distorções relevantes e os possíveis efeitos dessas distorções são relevantes e não generalizados.

Situação 4: O auditor não consegue obter evidência de que as demonstrações contábeis contêm distorções relevantes e os possíveis efeitos dessas distorções são relevantes e generalizados.

Com base nas situações apresentadas, o auditor deverá

- (A) na situação 1 emitir opinião sem ressalva.
- (B) na situação 2 emitir opinião adversa.
- (C) na situação 3 abster-se de expressar uma opinião.
- (D) na situação 4 emitir opinião adversa.
- (E) na situação 1 emitir opinião adversa.

43. Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

I. A vigência do Plano Plurianual – PPA – é de quatro anos, iniciando-se no segundo exercício financeiro do mandato do chefe do executivo e terminando no primeiro exercício financeiro do mandato subsequente, ou seja, não se confunde com o mandato do chefe do Executivo.

II. O prazo para encaminhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – ao Legislativo é de oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro (15 de abril) e a devolução ao Executivo deve ser realizada até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa (17 de julho).

III. A Lei Orçamentária Anual – LOA – é o instrumento pelo qual o Poder Público prevê a fixação das receitas e a realização de despesas para o período de um ano. A Constituição Federal de 1988 veda o início de programas ou projetos não incluídos na LOA.

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

44. O objeto da contabilidade aplicada ao setor público é o patrimônio público. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o patrimônio público representa o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações. Considerando os aspectos referentes ao patrimônio público, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s)

- I. Os bens de uso especial podem ser entendidos como os de domínio público, construídos ou não por pessoas jurídicas de direito público.
- II. Os bens intangíveis são conhecidos por bens imateriais ou corpóreos. Como o próprio nome indica, eles não possuem substância física, ou seja, não podem ser tocados.
- III. Os bens de uso comum que absorveram ou absorvem recursos públicos ou que foram recebidos em doação é que sofrem controle pela contabilidade aplicada ao setor público e, portanto, integram o patrimônio público.

- (A) Apenas I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I.
- (E) Apenas III.

45. Referente aos critérios de reconhecimento, avaliação e mensuração e evidenciação dos elementos de ativos nas entidades do setor público, seguindo o previsto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP), é correto afirmar que

- (A) as disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das operações ou transações.
- (B) as aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo

valor original, sendo atualizadas até a data das demonstrações contábeis.

- (C) os estoques são mensurados ou avaliados pelo valor de custo histórico ou valor realizável líquido, dos dois, o maior.
- (D) os direitos, os títulos de crédito e as obrigações prefixadas são ajustados a valor presente.
- (E) as participações em empresas sobre cuja administração se tenha influência significativa devem ser mensuradas ou avaliadas pelo método do custo de aquisição.

46. A respeito do Imposto sobre Transmissão "Inter vivos" de Bens Imóveis – ITBI – no Município de Betim (MG), assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O cedente, quando as transmissões imobiliárias se efetuarem sem o pagamento do ITBI devido, é responsável solidário.
- (B) Fica isenta do pagamento do imposto a transmissão dos bens ao cônjuge, em virtude da comunicação decorrente do regime de bens do casamento.
- (C) O cessionário do bem imóvel ou do direito a ele relativo é contribuinte do imposto.
- (D) A base de cálculo na arrematação ou no leilão e na adjudicação de bens imóveis será o valor estabelecido pela avaliação judicial ou administrativa, ou o preço pago, se este for maior.
- (E) A alíquota aplicável nas transmissões compreendidas no Sistema Financeiro da Habitação, em relação à parcela financiada, será de 1,5%.

47. Em relação à aplicação das alíquotas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) no Município de Betim (MG), analise os seguintes serviços e as alíquotas, nos termos da legislação tributária municipal vigente, e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Serviço de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros: alíquota de 2%.
- II. Serviço de organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS): alíquota de 3,5%.

III. **Serviço de agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring): alíquota de 5%.**

IV. **Serviços de registros públicos, cartorários, notariais e tabelionato de protestos de título e todos os atos relacionados aos mesmos: alíquota de 5%.**

- (A) I, II, III e IV.
- (B) Apenas I, II e III.
- (C) Apenas II, III e IV.
- (D) Apenas II e III.
- (E) Apenas II e IV.

48. **De acordo a Legislação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), estabelecido pela Lei Municipal nº 3006, de 27 de maio de 1997, com suas alterações posteriores, é correto afirmar que**

- (A) o IPTU será lançado anualmente de acordo com a situação fática do imóvel na data da ocorrência do fato gerador, que será no 1º dia útil de janeiro de cada exercício financeiro.
- (B) o IPTU e as taxas que com eles são cobradas, não quitados no exercício a que se referir o lançamento, serão inscritos em dívida ativa não tributária.
- (C) o sujeito passivo será notificado do lançamento do IPTU por meio de edital.
- (D) o lançamento do IPTU e das taxas que com ele são cobradas será feito por declaração, com base nos dados constantes do Cadastro Imobiliário.
- (E) a base de cálculo do IPTU é o valor venal do imóvel. Na determinação da base de cálculo, será considerado o valor dos bens móveis mantidos em caráter permanente ou temporário no imóvel para sua utilização.

49. **Acerca da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública, no Município de Betim (MG), analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).**

- I. **Seu fato gerador é a utilização, efetiva ou potencial, do serviço de iluminação pública.**
- II. **A base de cálculo é o valor da taxa de iluminação pública vigente no mês de apuração.**
- III. **Sujeito ativo é o proprietário, o titular do**

domínio útil ou o possuidor a qualquer título de imóvel, edificado ou não, beneficiado pelo serviço de iluminação pública, consumidor de energia elétrica ou não.

IV. **Os valores não pagos no vencimento serão acrescidos de juros de mora, multa e correção monetária, e serão inscritos em dívida ativa não tributária, nos termos da legislação municipal.**

- (A) I, II e IV.
- (B) Apenas I, II e III.
- (C) Apenas III e IV.
- (D) Apenas II e III.
- (E) Apenas I.

50. **De acordo com a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, as características de melhorias são: comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade. Em relação à característica da “verificabilidade”, assinale a alternativa correta.**

- (A) Admite-se que os usuários internos e externos identifiquem e compreendam as semelhanças dos itens e as diferenças das informações e suas variações propostas entre elas.
- (B) Ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar.
- (C) Refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, tanto de um período para outro, considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades.
- (D) Caracteriza-se por apresentar as informações disponíveis para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões.
- (E) Apresenta a informação com clareza e concisão, tornando-a acessível, tendo em vista que certos fenômenos são inerentemente complexos e não podem ser facilmente compreendidos.

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.



PREFEITURA DE BETIM
ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019
NÍVEL SUPERIOR

AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

NOME DO CANDIDATO _____

INSCRIÇÃO _____

Composição do Caderno

Dissertativa	01
Língua Portuguesa	01 a 10
Legislações Municipais	11 a 20
Conhecimentos Específicos	21 a 50

MANHÃ

PROVA

03

LEMBRE-SE DE MARCAR O NÚMERO
CORRESPONDENTE À SUA PROVA NA
FOLHA DE RESPOSTAS!



Fraudar ou tentar fraudar Concursos Públicos é Crime!

Previsto no art. 311 - A do Código Penal

Instruções

1. Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas e na Versão Definitiva da Prova Dissertativa. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
2. Os únicos documentos válidos para avaliação são a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Prova Dissertativa. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para a transcrição da Versão Definitiva da Prova Dissertativa e para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: •
3. O prazo de realização da prova é de 4 (quatro) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas e a transcrição da Versão Definitiva da Prova Dissertativa. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o Caderno de Questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Prova Dissertativa devidamente preenchidas e assinadas. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
5. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.
6. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCP - www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.
7. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

INSTRUÇÕES PARA PROVA DISSERTATIVA

A Prova Dissertativa será avaliada considerando-se os seguintes aspectos:

1. Atendimento e desenvolvimento do tema;
2. Coesão referencial e sequencial (intra e entre parágrafos) / Coerência (progressão, articulação, não contradição);
3. Atendimento à estrutura textual proposta;
4. Informatividade e argumentação.
5. Modalidade gramatical: pontuação, grafia, concordância e regência.

O candidato terá sua Prova Dissertativa avaliada com nota 0 (zero) em caso de:

- a) não desenvolver o tema proposto, ou seja, fugir ao tema proposto;
- b) não desenvolver o tema na tipologia textual exigida;
- c) apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
- d) redigir seu texto a lápis, ou a tinta em cor diferente de azul ou preta;
- e) não apresentar sua Redação na Folha da Versão Definitiva ou entregá-la em branco, ou desenvolvê-la com letra ilegível, com espaçamento excessivo entre letras, palavras, parágrafos e margens;
- f) apresentar identificação de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).

O candidato disporá de 15 (quinze) linhas no mínimo, e 30 (trinta) linhas no máximo para elaborar a versão definitiva da Prova Dissertativa, sendo desconsiderado para efeito de avaliação qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima de 30 (trinta) linhas permitida para a elaboração de seu texto.

A Prova Dissertativa deverá ser feita à mão pelo próprio candidato, em letra legível, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.

COLETÂNEA DE TEXTOS DE APOIO

TEXTO I

Conforme Carmo (2001, p.15), o trabalho pode ser definido como “toda atividade realizada pelo homem civilizado que transforma a natureza pela inteligência. E realizando essa atividade, o homem se transforma, se autoproduz e, ao se relacionar com outros homens, estabelece a base para as relações sociais”.

Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/2science/article/pii/S0080210716302473>>. Acesso em 28 jan. 2020.

TEXTO II

[...] o fato de não trabalhar pode ter consequências negativas, que afetam diretamente a personalidade. “Em razão da centralidade que o trabalho ocupa em nossas vidas, é que podemos compreender as consequências negativas do não-trabalho, da inatividade. Um sujeito sem trabalho é impedido de se realizar como homem e cidadão, o que afeta diretamente sua dignidade”, salienta Vanessa, que é mestre em Saúde Coletiva/Saúde do Trabalhador, especialista em Gestão de Recursos Humanos e professora da Imed.

Disponível em: <<http://www.onacional.com.br/geral/cidade/37224/0+trabalho+dignifica+o+homem>>. Acesso em 28 jan. 2020.

TEXTO III

OS SENTIDOS DO TRABALHO

O trabalho conserva um lugar importante na sociedade. Para a pergunta: “se você tivesse bastante dinheiro para viver o resto da sua vida confortavelmente sem trabalhar, o que você faria com relação ao seu trabalho?”, mais de 80% das pessoas pesquisadas respondem que trabalhariam mesmo assim [...]. As principais razões são as seguintes: para se relacionar com outras pessoas, para ter o sentimento de vinculação, para ter algo que fazer, para evitar o tédio e para se ter um objetivo na vida.

O trabalho representa um valor importante, exerce uma influência considerável sobre a motivação dos trabalhadores e também sobre sua satisfação e sua produtividade [...]. Vale a pena, então, tentar compreender o sentido do trabalho hoje [...].

Segundo o modelo de Hackman e Oldham, três características contribuem para dar sentido ao trabalho:

1. A variedade das tarefas: a capacidade de um trabalho requerer uma variedade de tarefas que exijam uma variedade de competências.

2. A identidade do trabalho: a capacidade de um trabalho permitir a realização de algo do começo ao fim, com um resultado tangível, identificável.

3. O significado do trabalho: a capacidade de um trabalho ter um impacto significativo sobre o bem-estar ou sobre o trabalho de outras pessoas, seja na sua organização, seja no ambiente social.

Disponível em: <<http://w.scielo.br/pdf/rae/v41n3/v41n3a02.pdf>>. Acesso em 28 jan. 2020.

PROPOSTA DE REDAÇÃO – RASCUNHO PARA DISSERTATIVA

Os excertos de textos oferecidos como motivadores temáticos promovem, conjuntamente, uma reflexão sobre a importância do trabalho.

Nesse sentido, a partir da leitura dos textos de apoio e do seu conhecimento de mundo, elabore um texto dissertativo, entre 20 e 30 linhas, em que você discorra sobre **a importância do trabalho na vida das pessoas e de que forma a função exercida pelo cargo que você concorre impacta a sociedade**.

Selecione fatos e argumentos próprios e do texto de apoio, relacionando-os, de modo coeso e coerente, para construir seu ponto de vista. Para tanto, NÃO copie trechos da coletânea de textos.

-
1. _____
 2. _____
 3. _____
 4. _____
 5. _____
 6. _____
 7. _____
 8. _____
 9. _____
 10. _____
 11. _____
 12. _____
 13. _____
 14. _____

15. _____
16. _____
17. _____
18. _____
19. _____
20. _____
21. _____
22. _____
23. _____
24. _____
25. _____
26. _____
27. _____
28. _____
29. _____
30. _____

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

Língua Portuguesa

TEXTO 1

O que galáxias distantes dizem sobre a evolução do Universo

Observar galáxias distantes nos ajuda a montar o quebra-cabeça do Universo: quanto mais longe enxergamos, mais ao passado voltamos

Seria legal se pudéssemos passar um filminho revelando a história das galáxias e ver também como era a Via Láctea no passado. Mas, como não podemos, temos que observar as galáxias distantes e tentar montar o quebra-cabeça de como esses astros fantásticos evoluem.

O telescópio espacial Hubble é peça-chave para desvendar essa história. Com ele, conseguimos captar a luz com mais nitidez, já que ela não sofre interferência da atmosfera, mas mesmo assim temos que deixá-lo aberto por muito tempo para obter a luz fraquinha das galáxias distantes.

Em 1995, o ex-diretor do Hubble, Bob Williams, fez a primeira imagem das profundezas do Universo exatamente assim. A equipe do Hubble escolheu uma região do céu sem nenhuma estrela brilhante por perto para garantir que não interferisse na imagem das galáxias de fundo. E deixou o Hubble aberto durante dez dias captando a luz da mesma região. Uma região do céu que parecia totalmente vazia mostrou uma imagem incrível cravejada de galáxias.

O Universo é como se fosse uma “máquina do tempo”: quanto mais longe enxergamos, mais ao passado voltamos. Se vemos uma galáxia a 1 bilhão de anos-luz de nós, significa que a sua luz levou 1 bilhão de anos atravessando o espaço para chegar até aqui. Ou seja, estamos vendo a galáxia como ela era há 1 bilhão de anos, no passado, e não como ela é agora.

Desde a imagem histórica feita pelo Hubble, já tivemos muitas outras das profundezas do Universo. E elas revelam que as galáxias mais longínquas parecem bem pequenas por causa da distância, como era de se esperar, mas descobrimos também que elas são realmente menores e não possuem formatos bem definidos. Isso significa que elas crescem e se transformam com o tempo.

A galáxia mais distante já observada é a GN-z11, que está a 13,4 bilhões de anos-luz de nós! Ou seja, estamos vendo como ela era quando o

Universo tinha apenas 400 milhões de anos. Ela fica na constelação de Ursa Maior e parece um pontinho vermelho na imagem do Hubble.

Essas galáxias muito distantes estão se afastando aceleradamente de nós, por isso vemos sua luz sempre mais avermelhada do que deveria ser. Porém, nem os olhos humanos nem o Hubble conseguem captar o extremo da luz vermelha que precisamos obter para ver mais além.

Por isso, necessitamos de instrumentos como o telescópio James Webb. Ele captará luz infravermelha e enxergará ainda mais longe que o Hubble. Seu lançamento está previsto para 2021, segundo a Nasa, e estamos muito empolgadas com a enxurrada de novas peças para ajudar a solucionar nosso quebra-cabeça galáctico.

Fonte: Adaptado de:

<https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Espaco/noticia/2020/01/o-que-galaxias-distantes-dizem-sobre-evolucao-do-universo.html>.

Acesso em: 19 jan. 2020.

1. Assinale a alternativa que apresenta corretamente a regra de formação de plural para o substantivo composto “quebra-cabeça”.

- (A) Quando os termos componentes não se ligam por preposição, só o primeiro toma a forma plural.
- (B) Quando o segundo termo da composição é um substantivo que funciona como determinante específico, só o primeiro toma a forma plural.
- (C) Quando o primeiro termo da composição é um substantivo que funciona como determinante específico, só o segundo toma a forma plural.
- (D) Quando a palavra composta é constituída de dois substantivos, ou de um substantivo e um adjetivo, ambos vão para o plural.
- (E) Quando o primeiro termo do composto é verbo ou palavra invariável e o segundo substantivo ou adjetivo, só o segundo vai para o plural.

2. Assinale a alternativa que classifica corretamente a oração subordinada do trecho “[...] quanto mais longe enxergamos, mais ao passado voltamos”, subtítulo do Texto 1.
- (A) Oração subordinada adverbial proporcional.
(B) Oração subordinada adverbial consecutiva.
(C) Oração subordinada substantiva objetiva direta.
(D) Oração subordinada substantiva completiva nominal.
(E) Oração subordinada adjetiva restritiva.
3. No trecho “E elas revelam que as galáxias mais longínquas parecem bem pequenas por causa da distância [...]”, do Texto 1, a palavra “longínquas” pode ser substituída, sem prejuízo para o sentido, por
- (A) alhures.
(B) ábditas.
(C) algures.
(D) propínquas.
(E) contíguas.
4. No trecho “Uma região do céu que parecia totalmente vazia mostrou uma imagem incrível cravejada de galáxias”, do Texto 1, utiliza-se a figura de linguagem
- (A) comparação.
(B) metonímia.
(C) metáfora.
(D) sinestesia.
(E) sinédoque.
5. A reescrita do trecho “Essas galáxias muito distantes estão se afastando aceleradamente de nós, por isso vemos sua luz sempre mais avermelhada do que deveria ser.”, do Texto 1, mantém o sentido original quando se substitui a expressão em destaque por
- (A) porque.
(B) assim.
(C) todavia.
(D) consoante.
(E) não obstante.

TEXTO 2



Fonte: Adaptado de: http://1.bp.blogspot.com/-oSNjvAa_uZE/TgluBsliMXI/AAAAAAAAAN0/R208RGfxPoQ/s1600/as%2Bcobras%2B11.jpg. Acesso em: 19 jan. 2020.

6. Informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() O “que” empregado no trecho “Atravessamos o espaço numa bola que não controlamos [...]”, do Texto 2, é um pronome relativo.

() O “que” empregado no trecho “Atravessamos o espaço numa bola que não controlamos [...]”, do Texto 2, é uma conjunção integrante.

() Quando exerce a função de demonstrativo, o “que” pode ser precedido por pronomes demonstrativos.

() Quando funciona como conjunção, o “que” pode exercer diferentes funções sintáticas.

- (A) V – V – F – V.
- (B) V – F – V – F.
- (C) F – V – F – V.
- (D) V – V – F – F.
- (E) F – F – V – V.

7. A partir da análise do trecho “Nossa condição não é tão angustiante assim...”, do Texto 2, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

I. Emprega-se um verbo de ligação.

II. O verbo empregado é irregular.

III. O verbo está conjugado na terceira pessoa do singular e o tempo é o presente do indicativo.

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

8. O termo “num”, empregado algumas vezes no diálogo do Texto 2, é exemplo de qual tipo de variação linguística?

- (A) Diastrática, relacionada à faixa etária.
- (B) Diastrática, relacionada ao sexo masculino.
- (C) Diafásica, relacionada às circunstâncias das interações verbais.
- (D) Diatópica, relacionada às diferenças linguísticas distribuídas no espaço físico.
- (E) Deôntica, relacionada às transformações fonológicas por que passou a língua.

9. Assinale a alternativa correta.

- (A) A ideia central do Texto 1 é a de que não sabemos exatamente como o universo é formado.
- (B) O Texto 2 apresenta uma reflexão sobre a pequenez dos personagens diante do universo.
- (C) Os Textos 1 e 2 são isentos de posicionamento em relação às suas respectivas temáticas.
- (D) Os Textos 1 e 2 apresentam pontos de vista destoantes sobre a compreensão do universo.
- (E) O Texto 1 e o Texto 2 congregam o mesmo entendimento sobre a origem dos planetas no universo.

10. Em relação ao emprego do acento agudo, assinale a alternativa correta.

- (A) “Fora” não recebe acento agudo, pois é uma palavra paroxítona terminada em “a”.
- (B) “Bola” não recebe acento agudo, pois é uma palavra oxítona terminada em “a”.
- (C) “Universo” não recebe acento agudo, pois é uma palavra proparoxítona terminada em “o”.
- (D) “Espaço” deveria receber acento agudo, porque é uma palavra paroxítona terminada em “o”.
- (E) “Fim” não recebe acento agudo, porque é uma palavra paroxítona terminada em “m”.

Legislações Municipais

11. No que concerne à Lei Orgânica do Município de Betim (MG), assinale a alternativa correta.

- (A) O Secretário Municipal será escolhido dentre brasileiros maiores de 21 (vinte e um) anos de idade e no exercício dos direitos políticos.
- (B) A Câmara Municipal, a requerimento da maioria de seus membros, pode convocar, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, Secretário Municipal, para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado e constante da convocação, sob pena de responsabilidade no caso de ausência injustificada.
- (C) Anualmente, dentro de 90 (noventa) dias do início da sessão legislativa, o Prefeito encaminhará à Câmara relatório do estado em que se encontram os assuntos e as atividades municipais.
- (D) O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, acerca das contas municipais, só deixará de prevalecer por decisão de maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
- (E) O Poder Executivo publicará, até 60 (sessenta) dias após encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

12. Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas tendo em vista a Lei Orgânica do Município de Betim (MG).

- I. O Município incentivará, na forma da lei, o setor empresarial, na criação e manutenção de escolas para os filhos de seus funcionários, desde o nascimento até os 08 (oito) anos de idade.
- II. Em entidade da administração indireta, pelo menos um cargo ou função de direção superior será provido por servidor ou empregado de carreira da respectiva instituição.
- III. Cada período de 10 (dez) anos de efetivo exercício dá ao servidor o direito ao adicional de 05 (cinco) por cento sobre seu vencimento, o qual a este se incorpora para efeito de aposentadoria.
- IV. Cada legislatura tem a duração de 04 (quatro) anos, compreendendo cada ano uma sessão legislativa.

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas II e IV.
- (C) Apenas III e IV.
- (D) Apenas I, II e III.
- (E) Apenas I, III e IV.

13. Conforme a Lei Orgânica do Município de Betim (MG), assinale a alternativa correta.

- (A) O controle externo, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Justiça do Estado.
- (B) O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito Municipal, auxiliado pelos Vereadores.
- (C) O Município, as entidades de sua administração indireta e as de direito privado prestadoras de serviço público respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável, somente nos casos de dolo.
- (D) É permitido ao servidor desempenhar atividades que não sejam próprias do cargo de que for titular, desde que com a devida autorização do respectivo superior hierárquico.
- (E) O prazo de validade de concurso público é de até 2 (dois) anos, prorrogável uma vez, por igual período.

14. Em relação à Lei Municipal nº 884/1969, que dispõe acerca do Estatuto dos Funcionários da Prefeitura Municipal de Betim (MG), assinale a alternativa correta.

- (A) É vedado o exercício gratuito de cargos públicos, salvo mediante prévia autorização do Poder Judiciário.
- (B) Dentre outras hipóteses, os cargos públicos são providos por nomeação, promoção e aposentadoria.
- (C) Compete ao Prefeito prover, por lei complementar, os cargos públicos.
- (D) Reversão é o reingresso no serviço público da Prefeitura Municipal de Betim de funcionário em disponibilidade.
- (E) Somente depois de 12 (doze) meses de exercício o funcionário adquirirá direito a férias.

15. Segundo o Estatuto dos Funcionários da Prefeitura Municipal de Betim (MG), Lei Municipal nº 884/1969, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) No ato da posse, o candidato deverá declarar, por escrito, se é titular de outro cargo ou função pública.
- (B) O funcionário que não entrar em exercício dentro do prazo será demitido do cargo.

- (C) Ninguém pode ser efetivado ou adquirir estabilidade, como funcionário, se não for aprovado e classificado em concurso.
- (D) As férias serão reduzidas a 20 (vinte) dias quando o funcionário contar, no período aquisitivo anterior, mais de 09 (nove) faltas não justificadas ao trabalho.
- (E) É proibida a acumulação de férias, salvo por imperiosa necessidade do serviço e pelo máximo de dois períodos, atestada a necessidade de ofício pelo chefe do órgão em que servir o funcionário.

16. Assinale a alternativa correta no que diz respeito à Lei Municipal nº 884/1969 – Estatuto dos Funcionários da Prefeitura Municipal de Betim (MG).

- (A) Salvo nos casos de reintegração e designação para função gratificada, o exercício do cargo terá início dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados da data da posse.
- (B) Será considerado de efetivo exercício, para todos efeitos, o afastamento em virtude de casamento, até 10 (dez) dias, contados da realização do ato civil.
- (C) Não se concederão férias-prêmio, se houver o beneficiário, no período aquisitivo de 05 (cinco) anos, faltado ao serviço, injustificavelmente, por mais de 05 (cinco) dias consecutivos ou não.
- (D) O pedido de férias-prêmio deverá ser protocolado com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência da data de gozo, com a autorização da chefia imediata, sendo que o gozo deverá ser dividido em 02 (dois) períodos distintos e em anos subsequentes. Cada período de férias-prêmio será de 30 (trinta) ou 60 (sessenta) dias.
- (E) O direito a férias-prêmio deve ser exercitado dentro dos 10 (dez) anos subsequentes à data em que foi completado o respectivo período aquisitivo, sob pena de decadência.

17. De acordo com o Estatuto dos Funcionários da Prefeitura Municipal de Betim (MG), assinale a alternativa correta.

- (A) A licença concedida dentro de 60 (sessenta) dias contados do término da anterior será considerada prorrogação desta.
- (B) Quanto à licença para tratamento de saúde, é indispensável a inspeção médica, que deverá realizar-se, em todos os casos, no órgão municipal de saúde.
- (C) No curso da licença para tratamento de saúde, o funcionário abster-se-á de qualquer atividade remunerada, ou mesmo gratuita,

sob pena de cassação imediata da licença, com perda total dos vencimentos correspondentes ao período já gozado e suspensão por abandono do cargo.

- (D) Será concedida licença paternidade ao servidor pai biológico ou pai adotante por um período de 15 (quinze) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.
- (E) Será concedido ao pai, servidor público municipal, o direito de licença paternidade, nos moldes da licença maternidade, somente nos casos de falecimento da genitora ou da adotante durante o período de licença maternidade.

18. Consoante à Lei Municipal nº 884/1969, o pedido de reconsideração deverá ser decidido dentro do prazo de

- (A) 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período, desde que devidamente fundamentado.
- (B) 15 (quinze) dias, prorrogáveis por igual período, desde que devidamente fundamentado.
- (C) 20 (vinte) dias improrrogáveis.
- (D) 30 (trinta) dias improrrogáveis.
- (E) 45 (quarenta e cinco) dias improrrogáveis.

19. Referente à Lei Orgânica do Município de Betim (MG), assinale a alternativa correta.

- (A) Todos têm o direito de requerer e obter informação sobre projetos do Poder Público, a qual será prestada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, ressalvada aquela cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Município, nos termos da lei.
- (B) São a todos assegurados, desde que pagas as devidas taxas, o direito de petição ou representação aos poderes públicos do Município, a obtenção de certidão para a defesa de direito e o esclarecimento de situação de interesse social.
- (C) São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- (D) Incide na penalidade de destituição de mandato administrativo ou de cargo ou função de direção, em órgão ou entidade da administração pública, o agente público que deixar injustificadamente de sanar, dentro de 90 (noventa) dias do requerimento do interessado, omissão que inviabilize o exercício de direito constitucional.
- (E) Ao Município compete manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação de ensino fundamental ao ensino superior.

20. Assinale a alternativa correta considerando as disposições da Lei Orgânica do Município de Betim (MG).

- (A) No tocante aos bens públicos municipais, o cadastramento e a identificação técnica dos imóveis serão semestralmente atualizados, garantindo o acesso às informações neles contidas.
- (B) A venda ao proprietário de imóvel lindeiro de área urbana remanescente e inaproveitável para edificação ou outra destinação de interesse coletivo, resultante de obra pública, depende exclusivamente de prévia avaliação.
- (C) A doação de bem imóvel do Município é permitida para a instalação e funcionamento de órgão ou serviço público e para fins exclusivamente de interesse social.
- (D) Quanto ao uso especial, por terceiro, de bens imóveis municipais, a permissão se caracteriza por ser de tempo determinado e depender de prévia autorização legislativa e licitação, podendo esta ser dispensada quando ocorrer relevante interesse público ou interesse social, expressamente justificado.
- (E) O Município, obrigatoriamente para a venda ou doação de seu bem imóvel, outorgará concessão de direito real de uso.

Conhecimentos Específicos

21. Um dos poderes administrativos é aquele instrumento disponibilizado à Administração Pública para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa. Tal poder denomina-se

- (A) poder militar.
- (B) poder regulamentar.
- (C) poder hierárquico.
- (D) poder disciplinar.
- (E) poder de polícia.

22. O retorno à atividade do servidor aposentado, no interesse da Administração ou quando cessar a invalidez temporária, é uma forma de provimento do cargo denominada

- (A) nomeação.
- (B) promoção vertical.
- (C) recondução.
- (D) reversão.
- (E) readaptação.

23. Assinale a alternativa que apresenta o conceito correto de "adjudicação" nas licitações públicas.

- (A) É o ato administrativo pelo qual a autoridade superior manifesta sua concordância com a legalidade e a conveniência do procedimento licitatório.
- (B) É a necessidade de verificação da capacidade do licitante no exercício de direitos e deveres, para caso de eventual responsabilização pelas obrigações pactuadas.
- (C) É o ato administrativo pelo qual se declara como satisfatória a proposta vencedora do procedimento e se afirma a intenção de celebrar o contrato com o seu ofertante.
- (D) É o ato que tem o condão de demonstrar que o interessado está devidamente inscrito nos cadastros públicos pertinentes e regular com suas obrigações fiscais e trabalhistas.
- (E) É sinônimo da comercialização, prestação ou execução, de forma direta, de produtos, serviços ou obras especificamente relacionadas com seus respectivos objetos sociais.

24. Uma das características do tributo quanto à sua finalidade é aquela em que o sujeito competente para instituir o tributo delega a outra pessoa jurídica de direito público a sujeição ativa do tributo (capacidade tributária), atribuindo-lhe, também, o produto da arrecadação. Essa finalidade denomina-se

- (A) extrafiscalidade.
- (B) parafiscalidade.
- (C) compulsoriedade.
- (D) fiscalidade.
- (E) juridicidade.

25. Compete ao Município de Betim a instituição dos seguintes impostos:

- (A) Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) e contribuição de melhoria.
- (B) Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) e imposto sobre a transmissão *inter vivos* de bens imóveis (ITBI).
- (C) Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) e imposto sobre produto industrializado (IPI).

- (D) Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) e contribuição para custeio da iluminação pública (COSIP).
- (E) Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) e imposto territorial rural (ITR).

26. Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. São modalidades legais de lançamento tributário:

- I. Lançamento de ofício.**
II. Lançamento por declaração.
III. Lançamento por homologação.
IV. Lançamento por sentença.

- (A) Apenas I, II e III.
(B) Apenas I e II.
(C) Apenas I, II e IV.
(D) Apenas II e III.
(E) Apenas I, III e IV.

27. Sobre vigência e aplicação da lei tributária, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Entram em vigor no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação os dispositivos de lei, referentes a impostos sobre o patrimônio ou a renda que instituem ou majoram tais impostos.
- (B) A legislação tributária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios vigora, no País, fora dos respectivos territórios, nos limites em que lhe reconheçam extraterritorialidade os convênios de que participem, ou do que disponham esta ou outras leis de normas gerais expedidas pela União.
- (C) A lei aplica-se a ato ou fato pretérito em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.
- (D) Entram em vigor no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação os dispositivos de lei, referentes a impostos sobre o patrimônio ou a renda que definem novas hipóteses de incidência.
- (E) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros, excetuados os pendentes, assim entendidos como aqueles cuja ocorrência tenha tido início, mas não esteja completa.

28. Segundo o Código Tributário, as taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição. Nesse sentido, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A taxa não pode ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto nem ser calculada em função do capital das empresas.
- (B) Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.
- (C) Os serviços públicos consideram-se divisíveis, quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.
- (D) A taxa é uma remuneração devida por um serviço público, de sujeição alternativa, que se estabelece em virtude de uma relação contratual entre o cidadão e o Poder Público, quase sempre representado por uma concessionária ou permissionária.
- (E) Os serviços públicos consideram-se específicos, quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade, ou de necessidades públicas.

29. Acerca da Lei de Licitações (Lei Federal nº 8.666/1993), assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.
- (B) As licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, salvo por motivo de interesse público, devidamente justificado.
- (C) É indispensável a licitação quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- (D) Nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.
- (E) É dispensável a licitação na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.

30. Em relação à Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.
- II. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- III. O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente não está sujeito às cominações da Lei de Improbidade.
- IV. A aplicação das sanções previstas nessa lei independe da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, salvo quanto à pena de ressarcimento.

- (A) Apenas I, III e IV.
- (B) Apenas I, II e III.
- (C) Apenas I, II e IV.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) Apenas II e III.

31. Sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.
- (B) A despesa total com pessoal, em cada período de apuração no Município, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida de 50%.
- (C) Nenhum benefício ou serviço relativo à seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a indicação da fonte de custeio total.
- (D) Entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.
- (E) A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.

32. Em relação à Lei do ISSQN (Lei Complementar nº 116/2003), analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

- I. O imposto incide sobre o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.
- II. O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, incluindo-se o do local das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres.

III. Os Municípios e o Distrito Federal não poderão atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário à terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.

- (A) I, II e III estão incorretas.
- (B) Apenas I e II estão corretas.
- (C) I, II e III estão corretas.
- (D) Apenas I e III estão corretas.
- (E) Apenas II e III estão corretas.

33. Sobre a Lei Orgânica do Município de Betim, assinale a alternativa correta.

- (A) O Município divulgará, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, dos recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio.
- (B) O ITBI incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital.
- (C) A isenção do tributo bem como qualquer remissão ou anistia, em matéria tributária ou previdenciária de competência do Município, podem ser concedidas por meio de decretos de iniciativa do Poder Executivo.
- (D) Em relação aos impostos de competência da União, pertencem ao Município quarenta por cento do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis nele situados.
- (E) Em relação aos impostos de competência do Estado, pertencem ao Município cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

34. Acerca do princípio administrativo da autotutela, assinale a alternativa correta.

- (A) Esse princípio permite à Administração Pública a revisão de seus atos, seja por vícios de ilegalidade (invalidação), seja por motivos de conveniência e oportunidade (revogação).
- (B) A autotutela repele e abomina favoritismos e restrições indevidas, exigindo tratamento equânime e marcado pela neutralidade, proibindo que o agente público utilize seu

cargo para a satisfação de interesses pessoais.

- (C) Esse princípio exige que a ação da administração seja ética e respeite os valores jurídicos e morais.
- (D) A autotutela exige que a atuação do Poder Público seja transparente, com informações acessíveis à sociedade.
- (E) Segundo tal princípio, os atos administrativos se revestem de uma presunção relativa de que são praticados legitimamente, de acordo com as normas jurídicas.

35. São atributos do ato administrativo:

- (A) objeto e tipicidade.
- (B) competência e tipicidade.
- (C) competência e imperatividade.
- (D) forma e presunção de legitimidade.
- (E) presunção de legitimidade e autoexecutoriedade.

36. Uma empresa adquiriu, mercadorias pelo preço de R\$ 500.000,00. Nesse valor, estavam inclusos R\$ 50.000,00 referentes aos tributos recuperáveis e R\$ 20.000,00 de tributos não recuperáveis. Pelo montante da transação, a empresa obteve um desconto incondicional no valor de R\$ 50.000,00, sabendo-se ainda que, na mesma operação, incorreram nos seguintes gastos:

- Transporte sobre as compras das mercadorias até a sede da empresa no valor de R\$ 10.000,00.
- Imposto de Importação no valor de R\$ 10.000,00.
- Seguro para transporte das mercadorias até a sede da empresa no valor de R\$ 5.000,00.

Com base nas informações apresentadas, é correto afirmar que o custo de aquisição das mercadorias adquiridas por essa empresa foi

- (A) R\$ 425.000,00.
- (B) R\$ 475.000,00.
- (C) R\$ 435.000,00.
- (D) R\$ 405.000,00.
- (E) R\$ 415.000,00.

37. Em 31/12/2017, a Empresa Betim S.A. apresentava as seguintes informações acerca da composição e da estrutura registradas e evidenciadas no seu Balanço Patrimonial por meio do Patrimônio Líquido (PL) da empresa: Capital Social no valor de R\$ 300.000,00; Reserva Legal no valor de R\$ 50.000,00; Reserva Estatutária no valor de R\$ 50.000,00; e Ações em Tesouraria no valor de R\$ 10.000,00. Em 2018, essa empresa apurou um Lucro Líquido no Exercício (LLE) no valor de R\$ 300.000,00.

Da Política de Destinação do Lucro Líquido do Exercício, registrados em seu Estatuto Social, tem-se:

- Reserva legal, correspondente ao estabelecido na legislação societária.
- Reserva estatutária, corresponde a 10% do lucro líquido, conforme estabelecido na legislação societária e no estatuto social da empresa.
- Dividendos obrigatórios correspondente a 30% do lucro líquido do exercício, deduzido da reserva legal, nos termos estabelecido na legislação societária e no estatuto social da empresa.

É importante frisar que os saldos remanescentes serão tratados conforme estabelecido em legislação societária. Desse modo, com base nessas informações, o Balanço Patrimonial em 31/12/2018 dessa empresa apresentará um valor no Patrimônio Líquido de

- (A) R\$ 430.000,00.
- (B) R\$ 435.000,00.
- (C) R\$ 550.000,00.
- (D) R\$ 590.000,00.
- (E) R\$ 603.000,00.

38. Analise a relação de contas e os saldos a seguir de determinada empresa:

Contas	Valores
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 100.000,00
Aluguéis Ativos	R\$ 5.000,00
ICMS a Recuperar	R\$ 3.000,00
Despesas a Vencer	R\$ 2.000,00
ICMS a Recolher	R\$ 7.000,00
Duplicatas Descontadas	R\$ 3.000,00
Reserva Legal	R\$ 1.000,00
Ações em Tesouraria	R\$ 2.000,00
Juros Passivos	R\$ 4.000,00

Considerando as informações registradas anteriormente, essa empresa evidenciará um montante com os saldos devedores no valor de

- (A) R\$ 110.000,00.
- (B) R\$ 111.000,00.
- (C) R\$ 115.000,00.
- (D) R\$ 117.000,00.
- (E) R\$ 119.000,00.

39. A descoberta de fraudes nas sociedades empresariais não é tarefa simples de se realizar e evidenciar durante o decorrer dos trabalhos de auditoria, até porque pessoas que esquematizam fraudes normalmente são pessoas altamente capacitadas e treinadas e que buscam preservar-se de quaisquer suspeita, utilizando, para tal fim, vários instrumentos e artifícios, inclusive as facilidades que a tecnologia traz. Nesse sentido, a principal responsabilidade pela prevenção e detecção da fraude na auditoria de uma empresa é do(s)

- (A) auditor independente.
- (B) auditor interno e do conselho fiscal.
- (C) contador da empresa e da sua administração.
- (D) órgão responsável pela fiscalização e sua administração.
- (E) responsáveis pela governança da entidade e da sua administração.

40. A documentação de auditoria é o registro dos procedimentos de auditoria executados, da evidência de auditoria relevante obtida e das conclusões alcançadas pelo auditor. A esse respeito, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. A documentação de auditoria serve para várias finalidades adicionais. Entre outras, inclui-se a de permitir que a equipe de trabalho possa ser responsabilizada por seu trabalho.
- II. Um limite de tempo apropriado para concluir a montagem do arquivo final de auditoria geralmente não ultrapassa 60 dias, após a data do relatório do auditor.
- III. O período de retenção para trabalhos de auditoria geralmente não é inferior a cinco anos, a contar da data do relatório do auditor.

- (A) I, II e III.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas I.

41. As modificações na opinião do auditor independente tratam da responsabilidade de o auditor emitir um relatório apropriado nas circunstâncias em que, ao formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis, conclui que é necessária uma modificação em sua opinião. Nesse contexto, analise as seguintes situações, acerca da “opinião modificada” de forma apropriada sobre as demonstrações contábeis auditadas.

Situação 1: O auditor consegue obter evidência de que as demonstrações contábeis contêm distorções relevantes e não generalizadas.

Situação 2: O auditor consegue obter evidência de que as demonstrações contábeis contêm distorções relevantes e generalizadas.

Situação 3: O auditor não consegue obter evidência de que as demonstrações contábeis contêm distorções relevantes e os possíveis efeitos dessas distorções são relevantes e não generalizados.

Situação 4: O auditor não consegue obter evidência de que as demonstrações contábeis contêm distorções relevantes e os possíveis efeitos dessas distorções são relevantes e generalizados.

Com base nas situações apresentadas, o auditor deverá

- (A) na situação 1 emitir opinião sem ressalva.
- (B) na situação 2 emitir opinião adversa.
- (C) na situação 3 abster-se de expressar uma opinião.
- (D) na situação 4 emitir opinião adversa.
- (E) na situação 1 emitir opinião adversa.

42. Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. A vigência do Plano Plurianual – PPA – é de quatro anos, iniciando-se no segundo exercício financeiro do mandato do chefe do executivo e terminando no primeiro exercício financeiro do mandato subsequente, ou seja, não se confunde com o mandato do chefe do Executivo.
- II. O prazo para encaminhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – ao Legislativo é de oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro (15 de abril) e a devolução ao Executivo deve ser realizada até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa (17 de julho).
- III. A Lei Orçamentária Anual – LOA – é o instrumento pelo qual o Poder Público prevê a fixação das receitas e a realização de despesas para o período de um ano. A Constituição Federal de 1988 veda o início de programas ou projetos não incluídos na LOA.

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

43. O objeto da contabilidade aplicada ao setor público é o patrimônio público. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o patrimônio público representa o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações. Considerando os aspectos referentes ao patrimônio público, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s)

- I. Os bens de uso especial podem ser entendidos como os de domínio público, construídos ou não por pessoas jurídicas de direito público.
- II. Os bens intangíveis são conhecidos por bens imateriais ou corpóreos. Como o próprio nome indica, eles não possuem substância física, ou seja, não podem ser tocados.
- III. Os bens de uso comum que absorveram ou absorvem recursos públicos ou que foram recebidos em doação é que sofrem controle pela contabilidade aplicada ao setor público e, portanto, integram o patrimônio público.

- (A) Apenas I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I.
- (E) Apenas III.

44. Referente aos critérios de reconhecimento, avaliação e mensuração e evidenciação dos elementos de ativos nas entidades do setor público, seguindo o previsto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP), é correto afirmar que

- (A) as disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das operações ou transações.
- (B) as aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo

valor original, sendo atualizadas até a data das demonstrações contábeis.

- (C) os estoques são mensurados ou avaliados pelo valor de custo histórico ou valor realizável líquido, dos dois, o maior.
- (D) os direitos, os títulos de crédito e as obrigações prefixadas são ajustados a valor presente.
- (E) as participações em empresas sobre cuja administração se tenha influência significativa devem ser mensuradas ou avaliadas pelo método do custo de aquisição.

45. A respeito do Imposto sobre Transmissão "Inter vivos" de Bens Imóveis – ITBI – no Município de Betim (MG), assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O cedente, quando as transmissões imobiliárias se efetuarem sem o pagamento do ITBI devido, é responsável solidário.
- (B) Fica isenta do pagamento do imposto a transmissão dos bens ao cônjuge, em virtude da comunicação decorrente do regime de bens do casamento.
- (C) O cessionário do bem imóvel ou do direito a ele relativo é contribuinte do imposto.
- (D) A base de cálculo na arrematação ou no leilão e na adjudicação de bens imóveis será o valor estabelecido pela avaliação judicial ou administrativa, ou o preço pago, se este for maior.
- (E) A alíquota aplicável nas transmissões compreendidas no Sistema Financeiro da Habitação, em relação à parcela financiada, será de 1,5%.

46. Em relação à aplicação das alíquotas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) no Município de Betim (MG), analise os seguintes serviços e as alíquotas, nos termos da legislação tributária municipal vigente, e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Serviço de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros: alíquota de 2%.
- II. Serviço de organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS): alíquota de 3,5%.

III. **Serviço de agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring): alíquota de 5%.**

IV. **Serviços de registros públicos, cartorários, notariais e tabelionato de protestos de título e todos os atos relacionados aos mesmos: alíquota de 5%.**

- (A) I, II, III e IV.
- (B) Apenas I, II e III.
- (C) Apenas II, III e IV.
- (D) Apenas II e III.
- (E) Apenas II e IV.

47. **De acordo a Legislação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), estabelecido pela Lei Municipal nº 3006, de 27 de maio de 1997, com suas alterações posteriores, é correto afirmar que**

- (A) o IPTU será lançado anualmente de acordo com a situação fática do imóvel na data da ocorrência do fato gerador, que será no 1º dia útil de janeiro de cada exercício financeiro.
- (B) o IPTU e as taxas que com eles são cobradas, não quitados no exercício a que se referir o lançamento, serão inscritos em dívida ativa não tributária.
- (C) o sujeito passivo será notificado do lançamento do IPTU por meio de edital.
- (D) o lançamento do IPTU e das taxas que com ele são cobradas será feito por declaração, com base nos dados constantes do Cadastro Imobiliário.
- (E) a base de cálculo do IPTU é o valor venal do imóvel. Na determinação da base de cálculo, será considerado o valor dos bens móveis mantidos em caráter permanente ou temporário no imóvel para sua utilização.

48. **Acerca da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública, no Município de Betim (MG), analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).**

- I. **Seu fato gerador é a utilização, efetiva ou potencial, do serviço de iluminação pública.**
- II. **A base de cálculo é o valor da taxa de iluminação pública vigente no mês de apuração.**

III. **Sujeito ativo é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de imóvel, edificado ou não, beneficiado pelo serviço de iluminação pública, consumidor de energia elétrica ou não.**

IV. **Os valores não pagos no vencimento serão acrescidos de juros de mora, multa e correção monetária, e serão inscritos em dívida ativa não tributária, nos termos da legislação municipal.**

- (A) I, II e IV.
- (B) Apenas I, II e III.
- (C) Apenas III e IV.
- (D) Apenas II e III.
- (E) Apenas I.

49. **De acordo com a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, as características de melhorias são: comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade. Em relação à característica da “verificabilidade”, assinale a alternativa correta.**

- (A) Admite-se que os usuários internos e externos identifiquem e compreendam as semelhanças dos itens e as diferenças das informações e suas variações propostas entre elas.
- (B) Ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar.
- (C) Refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, tanto de um período para outro, considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades.
- (D) Caracteriza-se por apresentar as informações disponíveis para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões.
- (E) Apresenta a informação com clareza e concisão, tornando-a acessível, tendo em vista que certos fenômenos são inerentemente complexos e não podem ser facilmente compreendidos.

50. Acerca dos livros de escrituração nas sociedades, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A escrituração do livro diário não pode ser substituída pela escrituração obrigatória do livro razão.
- (B) O livro razão é o mais importante dentre aqueles utilizados pela contabilidade, tendo em vista ser possível controlar, de forma separada, o movimento de todas as contas.
- (C) O livro diário é obrigatório, sendo exigido pelo Código Civil e estando sujeito às formalidades intrínsecas e extrínsecas.
- (D) Além dos demais livros exigidos por lei, o livro razão é indispensável, podendo ser substituído por fichas no caso de escrituração mecanizada ou eletrônica.
- (E) A pessoa jurídica tributada com base no lucro real deverá manter, em boa ordem e de acordo com as normas contábeis recomendadas, o livro diário para resumir e totalizar, por conta ou subconta, os lançamentos efetuados no livro-razão, mantidas as demais exigências e condições previstas na legislação.

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.



PREFEITURA DE BETIM
ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019
NÍVEL SUPERIOR

AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

NOME DO CANDIDATO _____

INSCRIÇÃO _____

Composição do Caderno

Dissertativa	01
Língua Portuguesa	01 a 10
Legislações Municipais	11 a 20
Conhecimentos Específicos	21 a 50

MANHÃ

PROVA

04

LEMBRE-SE DE MARCAR O NÚMERO
CORRESPONDENTE À SUA PROVA NA
FOLHA DE RESPOSTAS!



Fraudar ou tentar fraudar Concursos Públicos é Crime!

Previsto no art. 311 - A do Código Penal

Instruções

1. Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas e na Versão Definitiva da Prova Dissertativa. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
2. Os únicos documentos válidos para avaliação são a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Prova Dissertativa. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para a transcrição da Versão Definitiva da Prova Dissertativa e para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: •
3. O prazo de realização da prova é de 4 (quatro) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas e a transcrição da Versão Definitiva da Prova Dissertativa. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o Caderno de Questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Prova Dissertativa devidamente preenchidas e assinadas. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
5. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.
6. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCP - www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.
7. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

INSTRUÇÕES PARA PROVA DISSERTATIVA

A Prova Dissertativa será avaliada considerando-se os seguintes aspectos:

1. Atendimento e desenvolvimento do tema;
2. Coesão referencial e sequencial (intra e entre parágrafos) / Coerência (progressão, articulação, não contradição);
3. Atendimento à estrutura textual proposta;
4. Informatividade e argumentação.
5. Modalidade gramatical: pontuação, grafia, concordância e regência.

O candidato terá sua Prova Dissertativa avaliada com nota 0 (zero) em caso de:

- a) não desenvolver o tema proposto, ou seja, fugir ao tema proposto;
- b) não desenvolver o tema na tipologia textual exigida;
- c) apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
- d) redigir seu texto a lápis, ou a tinta em cor diferente de azul ou preta;
- e) não apresentar sua Redação na Folha da Versão Definitiva ou entregá-la em branco, ou desenvolvê-la com letra ilegível, com espaçamento excessivo entre letras, palavras, parágrafos e margens;
- f) apresentar identificação de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).

O candidato disporá de 15 (quinze) linhas no mínimo, e 30 (trinta) linhas no máximo para elaborar a versão definitiva da Prova Dissertativa, sendo desconsiderado para efeito de avaliação qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima de 30 (trinta) linhas permitida para a elaboração de seu texto.

A Prova Dissertativa deverá ser feita à mão pelo próprio candidato, em letra legível, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.

COLETÂNEA DE TEXTOS DE APOIO

TEXTO I

Conforme Carmo (2001, p.15), o trabalho pode ser definido como “toda atividade realizada pelo homem civilizado que transforma a natureza pela inteligência. E realizando essa atividade, o homem se transforma, se autoproduz e, ao se relacionar com outros homens, estabelece a base para as relações sociais”.

Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/2science/article/pii/S0080210716302473>>. Acesso em 28 jan. 2020.

TEXTO II

[...] o fato de não trabalhar pode ter consequências negativas, que afetam diretamente a personalidade. “Em razão da centralidade que o trabalho ocupa em nossas vidas, é que podemos compreender as consequências negativas do não-trabalho, da inatividade. Um sujeito sem trabalho é impedido de se realizar como homem e cidadão, o que afeta diretamente sua dignidade”, salienta Vanessa, que é mestre em Saúde Coletiva/Saúde do Trabalhador, especialista em Gestão de Recursos Humanos e professora da Imed.

Disponível em: <<http://www.onacional.com.br/geral/cidade/37224/0+trabalho+dignifica+o+homem>>. Acesso em 28 jan. 2020.

TEXTO III

OS SENTIDOS DO TRABALHO

O trabalho conserva um lugar importante na sociedade. Para a pergunta: “se você tivesse bastante dinheiro para viver o resto da sua vida confortavelmente sem trabalhar, o que você faria com relação ao seu trabalho?”, mais de 80% das pessoas pesquisadas respondem que trabalhariam mesmo assim [...]. As principais razões são as seguintes: para se relacionar com outras pessoas, para ter o sentimento de vinculação, para ter algo que fazer, para evitar o tédio e para se ter um objetivo na vida.

O trabalho representa um valor importante, exerce uma influência considerável sobre a motivação dos trabalhadores e também sobre sua satisfação e sua produtividade [...]. Vale a pena, então, tentar compreender o sentido do trabalho hoje [...].

Segundo o modelo de Hackman e Oldham, três características contribuem para dar sentido ao trabalho:

1. A variedade das tarefas: a capacidade de um trabalho requerer uma variedade de tarefas que exijam uma variedade de competências.

2. A identidade do trabalho: a capacidade de um trabalho permitir a realização de algo do começo ao fim, com um resultado tangível, identificável.

3. O significado do trabalho: a capacidade de um trabalho ter um impacto significativo sobre o bem-estar ou sobre o trabalho de outras pessoas, seja na sua organização, seja no ambiente social.

Disponível em: <<http://w.scielo.br/pdf/rae/v41n3/v41n3a02.pdf>>. Acesso em 28 jan. 2020.

PROPOSTA DE REDAÇÃO – RASCUNHO PARA DISSERTATIVA

Os excertos de textos oferecidos como motivadores temáticos promovem, conjuntamente, uma reflexão sobre a importância do trabalho.

Nesse sentido, a partir da leitura dos textos de apoio e do seu conhecimento de mundo, elabore um texto dissertativo, entre 20 e 30 linhas, em que você discorra sobre **a importância do trabalho na vida das pessoas e de que forma a função exercida pelo cargo que você concorre impacta a sociedade**.

Selecione fatos e argumentos próprios e do texto de apoio, relacionando-os, de modo coeso e coerente, para construir seu ponto de vista. Para tanto, NÃO copie trechos da coletânea de textos.

-
1. _____
 2. _____
 3. _____
 4. _____
 5. _____
 6. _____
 7. _____
 8. _____
 9. _____
 10. _____
 11. _____
 12. _____
 13. _____
 14. _____

15. _____
16. _____
17. _____
18. _____
19. _____
20. _____
21. _____
22. _____
23. _____
24. _____
25. _____
26. _____
27. _____
28. _____
29. _____
30. _____

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

Língua Portuguesa

TEXTO 1

O que galáxias distantes dizem sobre a evolução do Universo

Observar galáxias distantes nos ajuda a montar o quebra-cabeça do Universo: quanto mais longe enxergamos, mais ao passado voltamos

Seria legal se pudéssemos passar um filminho revelando a história das galáxias e ver também como era a Via Láctea no passado. Mas, como não podemos, temos que observar as galáxias distantes e tentar montar o quebra-cabeça de como esses astros fantásticos evoluem.

O telescópio espacial Hubble é peça-chave para desvendar essa história. Com ele, conseguimos captar a luz com mais nitidez, já que ela não sofre interferência da atmosfera, mas mesmo assim temos que deixá-lo aberto por muito tempo para obter a luz fraquinha das galáxias distantes.

Em 1995, o ex-diretor do Hubble, Bob Williams, fez a primeira imagem das profundezas do Universo exatamente assim. A equipe do Hubble escolheu uma região do céu sem nenhuma estrela brilhante por perto para garantir que não interferisse na imagem das galáxias de fundo. E deixou o Hubble aberto durante dez dias captando a luz da mesma região. Uma região do céu que parecia totalmente vazia mostrou uma imagem incrível cravejada de galáxias.

O Universo é como se fosse uma “máquina do tempo”: quanto mais longe enxergamos, mais ao passado voltamos. Se vemos uma galáxia a 1 bilhão de anos-luz de nós, significa que a sua luz levou 1 bilhão de anos atravessando o espaço para chegar até aqui. Ou seja, estamos vendo a galáxia como ela era há 1 bilhão de anos, no passado, e não como ela é agora.

Desde a imagem histórica feita pelo Hubble, já tivemos muitas outras das profundezas do Universo. E elas revelam que as galáxias mais longínquas parecem bem pequenas por causa da distância, como era de se esperar, mas descobrimos também que elas são realmente menores e não possuem formatos bem definidos. Isso significa que elas crescem e se transformam com o tempo.

A galáxia mais distante já observada é a GN-z11, que está a 13,4 bilhões de anos-luz de nós! Ou seja, estamos vendo como ela era quando o

Universo tinha apenas 400 milhões de anos. Ela fica na constelação de Ursa Maior e parece um pontinho vermelho na imagem do Hubble.

Essas galáxias muito distantes estão se afastando aceleradamente de nós, por isso vemos sua luz sempre mais avermelhada do que deveria ser. Porém, nem os olhos humanos nem o Hubble conseguem captar o extremo da luz vermelha que precisamos obter para ver mais além.

Por isso, necessitamos de instrumentos como o telescópio James Webb. Ele captará luz infravermelha e enxergará ainda mais longe que o Hubble. Seu lançamento está previsto para 2021, segundo a Nasa, e estamos muito empolgadas com a enxurrada de novas peças para ajudar a solucionar nosso quebra-cabeça galáctico.

Fonte: Adaptado de:

<https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Espaco/noticia/2020/01/o-que-galaxias-distantes-dizem-sobre-evolucao-do-universo.html>.

Acesso em: 19 jan. 2020.

1. **Assinale a alternativa que classifica corretamente a oração subordinada do trecho “[...] quanto mais longe enxergamos, mais ao passado voltamos”, subtítulo do Texto 1.**

- (A) Oração subordinada adverbial proporcional.
- (B) Oração subordinada adverbial consecutiva.
- (C) Oração subordinada substantiva objetiva direta.
- (D) Oração subordinada substantiva completiva nominal.
- (E) Oração subordinada adjetiva restritiva.

2. **No trecho “E elas revelam que as galáxias mais longínquas parecem bem pequenas por causa da distância [...]”, do Texto 1, a palavra “longínquas” pode ser substituída, sem prejuízo para o sentido, por**

- (A) alhures.
- (B) ábditas.
- (C) algures.
- (D) propínquas.
- (E) contíguas.

3. No trecho "Uma região do céu que parecia totalmente vazia mostrou uma imagem incrível cravejada de galáxias", do Texto 1, utiliza-se a figura de linguagem
- (A) comparação.
(B) metonímia.
(C) metáfora.
(D) sinestesia.
(E) sinédoque.
4. A reescrita do trecho "Essas galáxias muito distantes estão se afastando aceleradamente de nós, por isso vemos sua luz sempre mais avermelhada do que deveria ser.", do Texto 1, mantém o sentido original quando se substitui a expressão em destaque por
- (A) porque.
(B) assim.
(C) todavia.
(D) consoante.
(E) não obstante.
5. Assinale a alternativa que apresenta corretamente a regra de formação de plural para o substantivo composto "quebra-cabeça".
- (A) Quando os termos componentes não se ligam por preposição, só o primeiro toma a forma plural.
(B) Quando o segundo termo da composição é um substantivo que funciona como determinante específico, só o primeiro toma a forma plural.
(C) Quando o primeiro termo da composição é um substantivo que funciona como determinante específico, só o segundo toma a forma plural.
(D) Quando a palavra composta é constituída de dois substantivos, ou de um substantivo e um adjetivo, ambos vão para o plural.
(E) Quando o primeiro termo do composto é verbo ou palavra invariável e o segundo substantivo ou adjetivo, só o segundo vai para o plural.

TEXTO 2



Fonte: Adaptado de: http://1.bp.blogspot.com/-oSNjvAa_uZE/TgluBsliMXI/AAAAAAAAAN0/R208RGfxPoQ/s1600/as%2Bcobras%2B11.jpg. Acesso em: 19 jan. 2020.

6. A partir da análise do trecho “Nossa condição não é tão angustiante assim...”, do Texto 2, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Emprega-se um verbo de ligação.
- II. O verbo empregado é irregular.
- III. O verbo está conjugado na terceira pessoa do singular e o tempo é o presente do indicativo.

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

7. O termo “num”, empregado algumas vezes no diálogo do Texto 2, é exemplo de qual tipo de variação linguística?

- (A) Diastrática, relacionada à faixa etária.
- (B) Diastrática, relacionada ao sexo masculino.
- (C) Diafásica, relacionada às circunstâncias das interações verbais.
- (D) Diatópica, relacionada às diferenças linguísticas distribuídas no espaço físico.
- (E) Deôntica, relacionada às transformações fonológicas por que passou a língua.

8. Assinale a alternativa correta.

- (A) A ideia central do Texto 1 é a de que não sabemos exatamente como o universo é formado.
- (B) O Texto 2 apresenta uma reflexão sobre a pequenez dos personagens diante do universo.
- (C) Os Textos 1 e 2 são isentos de posicionamento em relação às suas respectivas temáticas.
- (D) Os Textos 1 e 2 apresentam pontos de vista destoantes sobre a compreensão do universo.
- (E) O Texto 1 e o Texto 2 congregam o mesmo entendimento sobre a origem dos planetas no universo.

9. Em relação ao emprego do acento agudo, assinale a alternativa correta.

- (A) “Fora” não recebe acento agudo, pois é uma palavra paroxítona terminada em “a”.
- (B) “Bola” não recebe acento agudo, pois é uma palavra oxítona terminada em “a”.
- (C) “Universo” não recebe acento agudo, pois é uma palavra proparoxítona terminada em “o”.
- (D) “Espaço” deveria receber acento agudo, porque é uma palavra paroxítona terminada em “o”.
- (E) “Fim” não recebe acento agudo, porque é uma palavra paroxítona terminada em “m”.

10. Informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () O “que” empregado no trecho “Atravessamos o espaço numa bola que não controlamos [...]”, do Texto 2, é um pronome relativo.
- () O “que” empregado no trecho “Atravessamos o espaço numa bola que não controlamos [...]”, do Texto 2, é uma conjunção integrante.
- () Quando exerce a função de demonstrativo, o “que” pode ser precedido por pronomes demonstrativos.
- () Quando funciona como conjunção, o “que” pode exercer diferentes funções sintáticas.

- (A) V – V – F – V.
- (B) V – F – V – F.
- (C) F – V – F – V.
- (D) V – V – F – F.
- (E) F – F – V – V.

Legislações Municipais

11. **Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas tendo em vista a Lei Orgânica do Município de Betim (MG).**

I. **O Município incentivará, na forma da lei, o setor empresarial, na criação e manutenção de escolas para os filhos de seus funcionários, desde o nascimento até os 08 (oito) anos de idade.**

II. **Em entidade da administração indireta, pelo menos um cargo ou função de direção superior será provido por servidor ou empregado de carreira da respectiva instituição.**

III. **Cada período de 10 (dez) anos de efetivo exercício dá ao servidor o direito ao adicional de 05 (cinco) por cento sobre seu vencimento, o qual a este se incorpora para efeito de aposentadoria.**

IV. **Cada legislatura tem a duração de 04 (quatro) anos, compreendendo cada ano uma sessão legislativa.**

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas II e IV.
- (C) Apenas III e IV.
- (D) Apenas I, II e III.
- (E) Apenas I, III e IV.

12. **Conforme a Lei Orgânica do Município de Betim (MG), assinale a alternativa correta.**

- (A) O controle externo, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Justiça do Estado.
- (B) O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito Municipal, auxiliado pelos Vereadores.
- (C) O Município, as entidades de sua administração indireta e as de direito privado prestadoras de serviço público respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável, somente nos casos de dolo.
- (D) É permitido ao servidor desempenhar atividades que não sejam próprias do cargo de que for titular, desde que com a devida autorização do respectivo superior hierárquico.
- (E) O prazo de validade de concurso público é de até 2 (dois) anos, prorrogável uma vez, por igual período.

13. **Em relação à Lei Municipal nº 884/1969, que dispõe acerca do Estatuto dos Funcionários da Prefeitura Municipal de Betim (MG), assinale a alternativa correta.**

- (A) É vedado o exercício gratuito de cargos públicos, salvo mediante prévia autorização do Poder Judiciário.
- (B) Dentre outras hipóteses, os cargos públicos são providos por nomeação, promoção e aposentadoria.
- (C) Compete ao Prefeito prover, por lei complementar, os cargos públicos.
- (D) Reversão é o reingresso no serviço público da Prefeitura Municipal de Betim de funcionário em disponibilidade.
- (E) Somente depois de 12 (doze) meses de exercício o funcionário adquirirá direito a férias.

14. **Segundo o Estatuto dos Funcionários da Prefeitura Municipal de Betim (MG), Lei Municipal nº 884/1969, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) No ato da posse, o candidato deverá declarar, por escrito, se é titular de outro cargo ou função pública.
- (B) O funcionário que não entrar em exercício dentro do prazo será demitido do cargo.
- (C) Ninguém pode ser efetivado ou adquirir estabilidade, como funcionário, se não for aprovado e classificado em concurso.
- (D) As férias serão reduzidas a 20 (vinte) dias quando o funcionário contar, no período aquisitivo anterior, mais de 09 (nove) faltas não justificadas ao trabalho.
- (E) É proibida a acumulação de férias, salvo por imperiosa necessidade do serviço e pelo máximo de dois períodos, atestada a necessidade de ofício pelo chefe do órgão em que servir o funcionário.

15. **Assinale a alternativa correta no que diz respeito à Lei Municipal nº 884/1969 – Estatuto dos Funcionários da Prefeitura Municipal de Betim (MG).**

- (A) Salvo nos casos de reintegração e designação para função gratificada, o exercício do cargo terá início dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados da data da posse.
- (B) Será considerado de efetivo exercício, para todos efeitos, o afastamento em virtude de casamento, até 10 (dez) dias, contados da realização do ato civil.

- (C) Não se concederão férias-prêmio, se houver o beneficiário, no período aquisitivo de 05 (cinco) anos, faltado ao serviço, injustificavelmente, por mais de 05 (cinco) dias consecutivos ou não.
- (D) O pedido de férias-prêmio deverá ser protocolado com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência da data de gozo, com a autorização da chefia imediata, sendo que o gozo deverá ser dividido em 02 (dois) períodos distintos e em anos subsequentes. Cada período de férias-prêmio será de 30 (trinta) ou 60 (sessenta) dias.
- (E) O direito a férias-prêmio deve ser exercitado dentro dos 10 (dez) anos subsequentes à data em que foi completado o respectivo período aquisitivo, sob pena de decadência.

16. De acordo com o Estatuto dos Funcionários da Prefeitura Municipal de Betim (MG), assinale a alternativa correta.

- (A) A licença concedida dentro de 60 (sessenta) dias contados do término da anterior será considerada prorrogação desta.
- (B) Quanto à licença para tratamento de saúde, é indispensável a inspeção médica, que deverá realizar-se, em todos os casos, no órgão municipal de saúde.
- (C) No curso da licença para tratamento de saúde, o funcionário abster-se-á de qualquer atividade remunerada, ou mesmo gratuita, sob pena de cassação imediata da licença, com perda total dos vencimentos correspondentes ao período já gozado e suspensão por abandono do cargo.
- (D) Será concedida licença paternidade ao servidor pai biológico ou pai adotante por um período de 15 (quinze) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.
- (E) Será concedido ao pai, servidor público municipal, o direito de licença paternidade, nos moldes da licença maternidade, somente nos casos de falecimento da genitora ou da adotante durante o período de licença maternidade.

17. Consoante à Lei Municipal nº 884/1969, o pedido de reconsideração deverá ser decidido dentro do prazo de

- (A) 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período, desde que devidamente fundamentado.
- (B) 15 (quinze) dias, prorrogáveis por igual período, desde que devidamente fundamentado.
- (C) 20 (vinte) dias improrrogáveis.
- (D) 30 (trinta) dias improrrogáveis.
- (E) 45 (quarenta e cinco) dias improrrogáveis.

18. Referente à Lei Orgânica do Município de Betim (MG), assinale a alternativa correta.

- (A) Todos têm o direito de requerer e obter informação sobre projetos do Poder Público, a qual será prestada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, ressalvada aquela cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Município, nos termos da lei.
- (B) São a todos assegurados, desde que pagas as devidas taxas, o direito de petição ou representação aos poderes públicos do Município, a obtenção de certidão para a defesa de direito e o esclarecimento de situação de interesse social.
- (C) São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- (D) Incide na penalidade de destituição de mandato administrativo ou de cargo ou função de direção, em órgão ou entidade da administração pública, o agente público que deixar injustificadamente de sanar, dentro de 90 (noventa) dias do requerimento do interessado, omissão que inviabilize o exercício de direito constitucional.
- (E) Ao Município compete manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação de ensino fundamental ao ensino superior.

19. Assinale a alternativa correta considerando as disposições da Lei Orgânica do Município de Betim (MG).

- (A) No tocante aos bens públicos municipais, o cadastramento e a identificação técnica dos imóveis serão semestralmente atualizados, garantindo o acesso às informações neles contidas.
- (B) A venda ao proprietário de imóvel lindeiro de área urbana remanescente e inaproveitável para edificação ou outra destinação de interesse coletivo, resultante de obra pública, depende exclusivamente de prévia avaliação.
- (C) A doação de bem imóvel do Município é permitida para a instalação e funcionamento de órgão ou serviço público e para fins exclusivamente de interesse social.
- (D) Quanto ao uso especial, por terceiro, de bens imóveis municipais, a permissão se caracteriza por ser de tempo determinado e depender de prévia autorização legislativa e licitação, podendo esta ser dispensada quando ocorrer relevante interesse público ou interesse social, expressamente justificado.
- (E) O Município, obrigatoriamente para a venda ou doação de seu bem imóvel, outorgará concessão de direito real de uso.

20. No que concerne à Lei Orgânica do Município de Betim (MG), assinale a alternativa correta.

- (A) O Secretário Municipal será escolhido dentre brasileiros maiores de 21 (vinte e um) anos de idade e no exercício dos direitos políticos.
- (B) A Câmara Municipal, a requerimento da maioria de seus membros, pode convocar, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, Secretário Municipal, para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado e constante da convocação, sob pena de responsabilidade no caso de ausência injustificada.
- (C) Anualmente, dentro de 90 (noventa) dias do início da sessão legislativa, o Prefeito encaminhará à Câmara relatório do estado em que se encontram os assuntos e as atividades municipais.
- (D) O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, acerca das contas municipais, só deixará de prevalecer por decisão de maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

- (E) O Poder Executivo publicará, até 60 (sessenta) dias após encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

Conhecimentos Específicos

21. O retorno à atividade do servidor aposentado, no interesse da Administração ou quando cessar a invalidez temporária, é uma forma de provimento do cargo denominada

- (A) nomeação.
- (B) promoção vertical.
- (C) recondução.
- (D) reversão.
- (E) readaptação.

22. Assinale a alternativa que apresenta o conceito correto de "adjudicação" nas licitações públicas.

- (A) É o ato administrativo pelo qual a autoridade superior manifesta sua concordância com a legalidade e a conveniência do procedimento licitatório.
- (B) É a necessidade de verificação da capacidade do licitante no exercício de direitos e deveres, para caso de eventual responsabilização pelas obrigações pactuadas.
- (C) É o ato administrativo pelo qual se declara como satisfatória a proposta vencedora do procedimento e se afirma a intenção de celebrar o contrato com o seu ofertante.
- (D) É o ato que tem o condão de demonstrar que o interessado está devidamente inscrito nos cadastros públicos pertinentes e regular com suas obrigações fiscais e trabalhistas.
- (E) É sinônimo da comercialização, prestação ou execução, de forma direta, de produtos, serviços ou obras especificamente relacionadas com seus respectivos objetos sociais.

23. Uma das características do tributo quanto à sua finalidade é aquela em que o sujeito competente para instituir o tributo delega a outra pessoa jurídica de direito público a sujeição ativa do tributo (capacidade tributária), atribuindo-lhe, também, o produto da arrecadação. Essa finalidade denomina-se

- (A) extrafiscalidade.
- (B) parafiscalidade.
- (C) compulsoriedade.
- (D) fiscalidade.
- (E) juridicidade.

24. Compete ao Município de Betim a instituição dos seguintes impostos:

- (A) Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) e contribuição de melhoria.
- (B) Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) e imposto sobre a transmissão *inter vivos* de bens imóveis (ITBI).
- (C) Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) e imposto sobre produto industrializado (IPI).
- (D) Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) e contribuição para custeio da iluminação pública (COSIP).
- (E) Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) e imposto territorial rural (ITR).

25. Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. São modalidades legais de lançamento tributário:

- I. Lançamento de ofício.**
- II. Lançamento por declaração.**
- III. Lançamento por homologação.**
- IV. Lançamento por sentença.**

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas I, II e IV.
- (D) Apenas II e III.
- (E) Apenas I, III e IV.

26. Sobre vigência e aplicação da lei tributária, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Entram em vigor no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação os dispositivos de lei, referentes a impostos sobre o patrimônio ou a renda que instituem ou majoram tais impostos.
- (B) A legislação tributária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios vigora, no País, fora dos respectivos territórios, nos limites em que lhe reconheçam extraterritorialidade os convênios de que participem, ou do que disponham esta ou outras leis de normas gerais expedidas pela União.
- (C) A lei aplica-se a ato ou fato pretérito em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.

- (D) Entram em vigor no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação os dispositivos de lei, referentes a impostos sobre o patrimônio ou a renda que definem novas hipóteses de incidência.
- (E) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros, excetuados os pendentos, assim entendidos como aqueles cuja ocorrência tenha tido início, mas não esteja completa.

27. Segundo o Código Tributário, as taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição. Nesse sentido, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A taxa não pode ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto nem ser calculada em função do capital das empresas.
- (B) Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.
- (C) Os serviços públicos consideram-se divisíveis, quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.
- (D) A taxa é uma remuneração devida por um serviço público, de sujeição alternativa, que se estabelece em virtude de uma relação contratual entre o cidadão e o Poder Público, quase sempre representado por uma concessionária ou permissionária.
- (E) Os serviços públicos consideram-se específicos, quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade, ou de necessidades públicas.

28. Acerca da Lei de Licitações (Lei Federal nº 8.666/1993), assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.
- (B) As licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, salvo por motivo de interesse público, devidamente justificado.
- (C) É indispensável a licitação quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- (D) Nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.
- (E) É dispensável a licitação na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.

29. Em relação à Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.
- II. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- III. O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente não está sujeito às cominações da Lei de Improbidade.
- IV. A aplicação das sanções previstas nessa lei independe da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, salvo quanto à pena de ressarcimento.

- (A) Apenas I, III e IV.
- (B) Apenas I, II e III.
- (C) Apenas I, II e IV.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) Apenas II e III.

30. Sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.
- (B) A despesa total com pessoal, em cada período de apuração no Município, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida de 50%.
- (C) Nenhum benefício ou serviço relativo à seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a indicação da fonte de custeio total.
- (D) Entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.
- (E) A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.

31. Em relação à Lei do ISSQN (Lei Complementar nº 116/2003), analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

- I. O imposto incide sobre o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.
- II. O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, incluindo-se o do local das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres.

III. Os Municípios e o Distrito Federal não poderão atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário à terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.

- (A) I, II e III estão incorretas.
- (B) Apenas I e II estão corretas.
- (C) I, II e III estão corretas.
- (D) Apenas I e III estão corretas.
- (E) Apenas II e III estão corretas.

32. Sobre a Lei Orgânica do Município de Betim, assinale a alternativa correta.

- (A) O Município divulgará, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, dos recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio.
- (B) O ITBI incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital.
- (C) A isenção do tributo bem como qualquer remissão ou anistia, em matéria tributária ou previdenciária de competência do Município, podem ser concedidas por meio de decretos de iniciativa do Poder Executivo.
- (D) Em relação aos impostos de competência da União, pertencem ao Município quarenta por cento do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis nele situados.
- (E) Em relação aos impostos de competência do Estado, pertencem ao Município cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

33. Acerca do princípio administrativo da autotutela, assinale a alternativa correta.

- (A) Esse princípio permite à Administração Pública a revisão de seus atos, seja por vícios de ilegalidade (invalidação), seja por motivos de conveniência e oportunidade (revogação).
- (B) A autotutela repele e abomina favoritismos e restrições indevidas, exigindo tratamento equânime e marcado pela neutralidade, proibindo que o agente público utilize seu cargo para a satisfação de interesses pessoais.
- (C) Esse princípio exige que a ação da administração seja ética e respeite os valores jurídicos e morais.
- (D) A autotutela exige que a atuação do Poder Público seja transparente, com informações acessíveis à sociedade.
- (E) Segundo tal princípio, os atos administrativos se revestem de uma presunção relativa de que são praticados legitimamente, de acordo com as normas jurídicas.

34. São atributos do ato administrativo:

- (A) objeto e tipicidade.
- (B) competência e tipicidade.
- (C) competência e imperatividade.
- (D) forma e presunção de legitimidade.
- (E) presunção de legitimidade e autoexecutoriedade.

35. Um dos poderes administrativos é aquele instrumento disponibilizado à Administração Pública para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa. Tal poder denomina-se

- (A) poder militar.
- (B) poder regulamentar.
- (C) poder hierárquico.
- (D) poder disciplinar.
- (E) poder de polícia.

36. Em 31/12/2017, a Empresa Betim S.A. apresentava as seguintes informações acerca da composição e da estrutura registradas e evidenciadas no seu Balanço Patrimonial por meio do Patrimônio Líquido (PL) da empresa: Capital Social no valor de R\$ 300.000,00; Reserva Legal no valor de R\$ 50.000,00; Reserva Estatutária no valor de R\$ 50.000,00; e Ações em Tesouraria no valor de R\$ 10.000,00. Em 2018, essa empresa apurou um Lucro Líquido no Exercício (LLE) no valor de R\$ 300.000,00.

Da Política de Destinação do Lucro Líquido do Exercício, registrados em seu Estatuto Social, tem-se:

- Reserva legal, correspondente ao estabelecido na legislação societária.
- Reserva estatutária, corresponde a 10% do lucro líquido, conforme estabelecido na legislação societária e no estatuto social da empresa.
- Dividendos obrigatórios correspondente a 30% do lucro líquido do exercício, deduzido da reserva legal, nos termos estabelecido na legislação societária e no estatuto social da empresa.

É importante frisar que os saldos remanescentes serão tratados conforme estabelecido em legislação societária. Desse modo, com base nessas informações, o Balanço Patrimonial em 31/12/2018 dessa empresa apresentará um valor no Patrimônio Líquido de

- (A) R\$ 430.000,00.
- (B) R\$ 435.000,00.
- (C) R\$ 550.000,00.
- (D) R\$ 590.000,00.
- (E) R\$ 603.000,00.

37. Analise a relação de contas e os saldos a seguir de determinada empresa:

Contas	Valores
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 100.000,00
Aluguéis Ativos	R\$ 5.000,00
ICMS a Recuperar	R\$ 3.000,00
Despesas a Vencer	R\$ 2.000,00
ICMS a Recolher	R\$ 7.000,00
Duplicatas Descontadas	R\$ 3.000,00
Reserva Legal	R\$ 1.000,00
Ações em Tesouraria	R\$ 2.000,00
Juros Passivos	R\$ 4.000,00

Considerando as informações registradas anteriormente, essa empresa evidenciará um montante com os saldos devedores no valor de

- (A) R\$ 110.000,00.
- (B) R\$ 111.000,00.
- (C) R\$ 115.000,00.
- (D) R\$ 117.000,00.
- (E) R\$ 119.000,00.

38. A descoberta de fraudes nas sociedades empresariais não é tarefa simples de se realizar e evidenciar durante o decorrer dos trabalhos de auditoria, até porque pessoas que esquematizam fraudes normalmente são pessoas altamente capacitadas e treinadas e que buscam preservar-se de quaisquer suspeita, utilizando, para tal fim, vários instrumentos e artifícios, inclusive as facilidades que a tecnologia traz. Nesse sentido, a principal responsabilidade pela prevenção e detecção da fraude na auditoria de uma empresa é do(s)

- (A) auditor independente.
- (B) auditor interno e do conselho fiscal.
- (C) contador da empresa e da sua administração.
- (D) órgão responsável pela fiscalização e sua administração.
- (E) responsáveis pela governança da entidade e da sua administração.

39. A documentação de auditoria é o registro dos procedimentos de auditoria executados, da evidência de auditoria relevante obtida e das conclusões alcançadas pelo auditor. A esse respeito, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. A documentação de auditoria serve para várias finalidades adicionais. Entre outras, inclui-se a de permitir que a equipe de trabalho possa ser responsabilizada por seu trabalho.
- II. Um limite de tempo apropriado para concluir a montagem do arquivo final de auditoria geralmente não ultrapassa 60 dias, após a data do relatório do auditor.
- III. O período de retenção para trabalhos de auditoria geralmente não é inferior a cinco anos, a contar da data do relatório do auditor.

- (A) I, II e III.
(B) Apenas I e III.
(C) Apenas II e III.
(D) Apenas I e II.
(E) Apenas I.

40. As modificações na opinião do auditor independente tratam da responsabilidade de o auditor emitir um relatório apropriado nas circunstâncias em que, ao formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis, conclui que é necessária uma modificação em sua opinião. Nesse contexto, analise as seguintes situações, acerca da “opinião modificada” de forma apropriada sobre as demonstrações contábeis auditadas.

Situação 1: O auditor consegue obter evidência de que as demonstrações contábeis contêm distorções relevantes e não generalizadas.

Situação 2: O auditor consegue obter evidência de que as demonstrações contábeis contêm distorções relevantes e generalizadas.

Situação 3: O auditor não consegue obter evidência de que as demonstrações contábeis contêm distorções relevantes e os possíveis efeitos dessas distorções são relevantes e não generalizados.

Situação 4: O auditor não consegue obter evidência de que as demonstrações contábeis contêm distorções relevantes e os possíveis efeitos dessas distorções são relevantes e generalizados.

Com base nas situações apresentadas, o auditor deverá

- (A) na situação 1 emitir opinião sem ressalva.
(B) na situação 2 emitir opinião adversa.
(C) na situação 3 abster-se de expressar uma opinião.
(D) na situação 4 emitir opinião adversa.
(E) na situação 1 emitir opinião adversa.

41. Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. A vigência do Plano Plurianual – PPA – é de quatro anos, iniciando-se no segundo exercício financeiro do mandato do chefe do executivo e terminando no primeiro exercício financeiro do mandato subsequente, ou seja, não se confunde com o mandato do chefe do Executivo.
- II. O prazo para encaminhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – ao Legislativo é de oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro (15 de abril) e a devolução ao Executivo deve ser realizada até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa (17 de julho).
- III. A Lei Orçamentária Anual – LOA – é o instrumento pelo qual o Poder Público prevê a fixação das receitas e a realização de despesas para o período de um ano. A Constituição Federal de 1988 veda o início de programas ou projetos não incluídos na LOA.

- (A) Apenas I e II.
(B) Apenas II.
(C) Apenas I e III.
(D) Apenas II e III.
(E) I, II e III.

42. O objeto da contabilidade aplicada ao setor público é o patrimônio público. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o patrimônio público representa o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações. Considerando os aspectos referentes ao patrimônio público, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s)

- I. Os bens de uso especial podem ser entendidos como os de domínio público, construídos ou não por pessoas jurídicas de direito público.
- II. Os bens intangíveis são conhecidos por bens imateriais ou corpóreos. Como o próprio nome indica, eles não possuem substância física, ou seja, não podem ser tocados.
- III. Os bens de uso comum que absorveram ou absorvem recursos públicos ou que foram recebidos em doação é que sofrem controle pela contabilidade aplicada ao setor público e, portanto, integram o patrimônio público.

- (A) Apenas I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I.
- (E) Apenas III.

43. Referente aos critérios de reconhecimento, avaliação e mensuração e evidenciação dos elementos de ativos nas entidades do setor público, seguindo o previsto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP), é correto afirmar que

- (A) as disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das operações ou transações.
- (B) as aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo

valor original, sendo atualizadas até a data das demonstrações contábeis.

- (C) os estoques são mensurados ou avaliados pelo valor de custo histórico ou valor realizável líquido, dos dois, o maior.
- (D) os direitos, os títulos de crédito e as obrigações prefixadas são ajustados a valor presente.
- (E) as participações em empresas sobre cuja administração se tenha influência significativa devem ser mensuradas ou avaliadas pelo método do custo de aquisição.

44. A respeito do Imposto sobre Transmissão “Inter vivos” de Bens Imóveis – ITBI – no Município de Betim (MG), assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O cedente, quando as transmissões imobiliárias se efetuarem sem o pagamento do ITBI devido, é responsável solidário.
- (B) Fica isenta do pagamento do imposto a transmissão dos bens ao cônjuge, em virtude da comunicação decorrente do regime de bens do casamento.
- (C) O cessionário do bem imóvel ou do direito a ele relativo é contribuinte do imposto.
- (D) A base de cálculo na arrematação ou no leilão e na adjudicação de bens imóveis será o valor estabelecido pela avaliação judicial ou administrativa, ou o preço pago, se este for maior.
- (E) A alíquota aplicável nas transmissões compreendidas no Sistema Financeiro da Habitação, em relação à parcela financiada, será de 1,5%.

45. Em relação à aplicação das alíquotas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) no Município de Betim (MG), analise os seguintes serviços e as alíquotas, nos termos da legislação tributária municipal vigente, e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Serviço de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros: alíquota de 2%.
- II. Serviço de organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS): alíquota de 3,5%.

III. **Serviço de agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring): alíquota de 5%.**

IV. **Serviços de registros públicos, cartorários, notariais e tabelionato de protestos de título e todos os atos relacionados aos mesmos: alíquota de 5%.**

- (A) I, II, III e IV.
- (B) Apenas I, II e III.
- (C) Apenas II, III e IV.
- (D) Apenas II e III.
- (E) Apenas II e IV.

46. **De acordo a Legislação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), estabelecido pela Lei Municipal nº 3006, de 27 de maio de 1997, com suas alterações posteriores, é correto afirmar que**

- (A) o IPTU será lançado anualmente de acordo com a situação fática do imóvel na data da ocorrência do fato gerador, que será no 1º dia útil de janeiro de cada exercício financeiro.
- (B) o IPTU e as taxas que com eles são cobradas, não quitados no exercício a que se referir o lançamento, serão inscritos em dívida ativa não tributária.
- (C) o sujeito passivo será notificado do lançamento do IPTU por meio de edital.
- (D) o lançamento do IPTU e das taxas que com ele são cobradas será feito por declaração, com base nos dados constantes do Cadastro Imobiliário.
- (E) a base de cálculo do IPTU é o valor venal do imóvel. Na determinação da base de cálculo, será considerado o valor dos bens móveis mantidos em caráter permanente ou temporário no imóvel para sua utilização.

47. **Acerca da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública, no Município de Betim (MG), analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).**

- I. **Seu fato gerador é a utilização, efetiva ou potencial, do serviço de iluminação pública.**
- II. **A base de cálculo é o valor da taxa de iluminação pública vigente no mês de apuração.**

III. **Sujeito ativo é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de imóvel, edificado ou não, beneficiado pelo serviço de iluminação pública, consumidor de energia elétrica ou não.**

IV. **Os valores não pagos no vencimento serão acrescidos de juros de mora, multa e correção monetária, e serão inscritos em dívida ativa não tributária, nos termos da legislação municipal.**

- (A) I, II e IV.
- (B) Apenas I, II e III.
- (C) Apenas III e IV.
- (D) Apenas II e III.
- (E) Apenas I.

48. **De acordo com a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, as características de melhorias são: comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade. Em relação à característica da “verificabilidade”, assinale a alternativa correta.**

- (A) Admite-se que os usuários internos e externos identifiquem e compreendam as semelhanças dos itens e as diferenças das informações e suas variações propostas entre elas.
- (B) Ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar.
- (C) Refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, tanto de um período para outro, considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades.
- (D) Caracteriza-se por apresentar as informações disponíveis para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões.
- (E) Apresenta a informação com clareza e concisão, tornando-a acessível, tendo em vista que certos fenômenos são inerentemente complexos e não podem ser facilmente compreendidos.

49. Acerca dos livros de escrituração nas sociedades, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A escrituração do livro diário não pode ser substituída pela escrituração obrigatória do livro razão.
- (B) O livro razão é o mais importante dentre aqueles utilizados pela contabilidade, tendo em vista ser possível controlar, de forma separada, o movimento de todas as contas.
- (C) O livro diário é obrigatório, sendo exigido pelo Código Civil e estando sujeito às formalidades intrínsecas e extrínsecas.
- (D) Além dos demais livros exigidos por lei, o livro razão é indispensável, podendo ser substituído por fichas no caso de escrituração mecanizada ou eletrônica.
- (E) A pessoa jurídica tributada com base no lucro real deverá manter, em boa ordem e de acordo com as normas contábeis recomendadas, o livro diário para resumir e totalizar, por conta ou subconta, os lançamentos efetuados no livro-razão, mantidas as demais exigências e condições previstas na legislação.

50. Uma empresa adquiriu, mercadorias pelo preço de R\$ 500.000,00. Nesse valor, estavam inclusos R\$ 50.000,00 referentes aos tributos recuperáveis e R\$ 20.000,00 de tributos não recuperáveis. Pelo montante da transação, a empresa obteve um desconto incondicional no valor de R\$ 50.000,00, sabendo-se ainda que, na mesma operação, incorreram nos seguintes gastos:

- Transporte sobre as compras das mercadorias até a sede da empresa no valor de R\$ 10.000,00.
- Imposto de Importação no valor de R\$ 10.000,00.
- Seguro para transporte das mercadorias até a sede da empresa no valor de R\$ 5.000,00.

Com base nas informações apresentadas, é correto afirmar que o custo de aquisição das mercadorias adquiridas por essa empresa foi

- (A) R\$ 425.000,00.
- (B) R\$ 475.000,00.
- (C) R\$ 435.000,00.
- (D) R\$ 405.000,00.
- (E) R\$ 415.000,00.

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

